

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 03/12/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo**. Assim que divulgado o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nossos professores identificaram 7 questões passíveis de recursos, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 76.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da DPE-ES**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito preliminar oficial. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/1daf780b-f794-4685-a873-eb3a9691ce42>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentarem as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/5368bdb8-a8a8-42f8-9366-42ce0adf2936>

Por fim, acompanhe todas as novidades sobre essa e outras provas da carreira no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

QUESTÃO 1. A participação social é estabelecida pela Constituição Federal para além dos mecanismos constitucionais tradicionais (plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei), destacando-se a previsão, como órgão(s) de participação,

a) dos conselhos de política cultural, que constituem a estrutura do Sistema Nacional de Cultura.

b) do Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar da Presidência da República.

c) dos conselhos de educação, que são criados e integrados a partir dos conselhos de fiscalização do FUNDEB.

d) do Conselho Deliberativo e Gestor responsável pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

e) do Conselho Nacional de Saúde consultivo e auxiliar do Congresso Nacional na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo de Saúde.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 216-A, § 2º, II, da CF: “§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: II - conselhos de política cultural;”

A alternativa B está incorreta. O Conselho de Comunicação Social é órgão auxiliar do Congresso Nacional, de acordo com art. 224 da CF: “Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 212-A, X, “d”, da CF: “X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;”

A alternativa D está incorreta. Em relação ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, seu Conselho é Consultivo e de Acompanhamento. De acordo com artigo 79, caput e parágrafo único, do ADCT: “Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de

Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com o próprio site do CNS: “O Conselho Nacional de Saúde (CNS) é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde. (...) Dentre as principais atribuições, o CNS é responsável por realizar conferências e fóruns de participação social, além de aprovar o orçamento da saúde e acompanhar a sua execução, avaliando a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde. Tudo isso para garantir que o direito à saúde integral, gratuita e de qualidade, conforme estabelece a Constituição de 1988, seja efetivado a toda a população no Brasil.” (Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns>. Acesso em: 06/12/2023). Ademais, de acordo com art. 77, § 3º, do ADCT: “§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.”

QUESTÃO 2. A constituição de Regiões Metropolitanas depende de

a) lei complementar estadual e estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial, independentemente da concordância dos Municípios envolvidos.

b) aprovação de lei complementar na Assembleia Legislativa e em todas as Câmaras Municipais para a constituição de aglomeração urbana ou microrregião formada por municípios limítrofes.

c) formalização de consórcio público entre os entes federados, com a transferência total ou parcial de encargos, serviços e bens essenciais à gestão associada de serviços públicos.

d) criação de estrutura de governança interfederativa paritária, com instância colegiada deliberativa e instância executiva, ambas com participação da sociedade civil.

e) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. De acordo com art. 25, § 3º, da CF: “§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Ademais, na forma do art. 3º, caput e § 2º, do Estatuto da Metrópole: “Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. § 2º A criação de uma região metropolitana, de aglomeração urbana ou de microrregião deve ser precedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial.”

Portanto, correta a alternativa A.

A alternativa B está incorreta. A lei não traz como requisito, conforme acima transcrito, a necessidade de “aprovação de lei complementar em todas as Câmaras Municipais.”

A alternativa C está incorreta. Não é necessária a criação de consórcio público, bastante a edição de lei complementar estadual.

A alternativa D está incorreta. Apenas a instância colegiada deliberativa terá representação da sociedade civil. De acordo com art. 8º, I e II, do Estatuto da Metrópole: “Art. 8º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil;”

A alternativa E está incorreta. O requisito trazido pela alternativa refere-se à criação de novos municípios, e não de regiões metropolitanas. Conforme art. 18, § 4º, da CF: “§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.”

QUESTÃO 3. Um dos princípios constitucionais sensíveis expressos que pode dar ensejo à propositura da representação interventiva consiste em inobservância

- a) da fiel execução da lei distrital.
- b) da organização da Defensoria Pública.
- c) da independência do ente estadual.
- d) das garantias do Ministério Público.
- e) da autonomia municipal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. Os princípios constitucionais sensíveis estão dispostos no art. 34, VII, da CF. Vejamos: “Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.”

Desta feita, a única alternativa que consta no referido rol, é “autonomia municipal”, traída pela alínea “c” do inciso VII do art. 34. Portanto, correta a alternativa E. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 4. Acerca dos direitos dos trabalhadores expressos na Constituição Federal,

- a) o piso salarial deve ser nacionalmente unificado e fixado em lei, considerando a extensão e a complexidade do trabalho, devendo ser utilizado como base para décimo terceiro salário e férias anuais.
- b) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre alcança os menores de 16 anos e qualquer tipo de trabalho é vedado aos menores de quatorze anos, salvo aquele na condição de aprendiz.

c) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

d) o aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, podendo ser votado apenas para composição de diretoria sindical específica para defesa dos interesses dos aposentados da categoria.

e) é proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, exceto aquelas distinções previstas em acordo ou convenção coletiva.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. De acordo com art. 7º, V, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 7º, XXXIII, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 10 da CF: “Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.”

A alternativa D está incorreta. Não há tal restrição para ser votado. De acordo com art. 8º, VII, da CF: “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;”

A alternativa E está incorreta. Não há tal ressalva no texto constitucional. De acordo com art. 7º, XXX, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;”

QUESTÃO 5. Lewá nasceu em Halabja, território curdo no norte do Iraque, no início de 1987. Com 6 meses de idade, Lewá foi trazida para o Brasil, para aqui viver, por um casal capixaba que não conseguia ter filhos, sendo criada no seio dessa família, em Vitória, como se filha fosse. Lewá fala apenas português, como sua língua nativa, é católica e se considera pertencente e criada na cultura brasileira, possuindo visto permanente. Aos 14 anos, Lewá foi viver com seus pais de criação em Angola, que estavam trabalhando para a Cruz Vermelha Internacional, vindo a regressar para o Brasil apenas aos 24 anos e indo residir em Guarapari. No início desse ano, Lewá foi condenada por tráfico internacional de drogas, ao tentar viajar para Angola com uma mala repleta de cocaína e K9. Considerando apenas essas informações e o ordenamento jurídico brasileiro, caso o Brasil deseje adotar alguma medida de retirada de Lewá do território nacional, está configurada a hipótese de

a) extradição.

b) entrega.

c) repatriação.

d) expulsão.

e) deportação.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O enunciado não fala ter havido solicitação de entrega de Lewá. De acordo com art. 81 da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração): “Art. 81. A extradição é a medida de cooperação internacional entre o Estado brasileiro e outro Estado pela qual se concede ou solicita a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso. “

Pela mesma justificativa legal, a alternativa B fica incorreta.

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 49 da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração): “Art. 49. A repatriação consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 54, § 1º, II, da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração): “Art. 54. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado. § 1º Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de: II - crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional.”

Como o crime de tráfico ilícito de entorpecentes é crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, correta a alternativa D.

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 50 da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração): “Art. 50. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.”

QUESTÃO 6. O Estado do Espírito Santo reconheceu, por meio da Lei Estadual nº 5.751/1998, sua responsabilidade por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Referida lei previu a indenização ou pensão especial para aqueles que, nessas condições, tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob a guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais. Além disso, a indenização também se estendeu àqueles que tenham sofrido perdas e danos materiais, em razão de terem cerceados direitos inerentes ao exercício profissional, por motivos políticos, durante esse período. Dentro desse quadro normativo,

a) a fixação da pensão especial levará em conta a perda da capacidade laborativa, independentemente da necessidade de tratamento médico do beneficiado.

b) são reconhecidas como mortas as pessoas desaparecidas no período mencionado e que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas.

c) a pensão especial será concedida às pessoas que tenham perdido a sua capacidade laborativa ou, em caso de morte, a seus familiares.

d) caberá a cada prefeito conceder a indenização ou a pensão especial que a comissão especial entender devida, por meio de decreto.

e) o pagamento de eventual indenização pela União fundada em iguais motivos não inibe o recebimento da indenização prevista na lei estadual.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 8º da Lei Estadual 5.751/98: “O valor de Pensão Especial prevista nesta Lei não será inferior ao menor vencimento base pago pela Administração Estadual, nem superior ao limite de aposentadoria concedida pelo INSS, devendo sua fixação levar em conta a necessidade de tratamento médico do beneficiado, considerando:”

A alternativa B está incorreta. Não há tal disposição na Lei Estadual 5.751/98.

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 7º da Lei Estadual 5.751/98: “Art. 7º O Estado do Espírito Santo concederá Pensão Especial, nos termos desta Lei, às pessoas que tenham perdido a sua capacidade laborativa, por motivos definidos no caput do Artigo 1º.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 7º da Lei Estadual 5.751/98: “A indenização que a Comissão Especial entender devida, nos termos desta Lei, será concedida por Decreto do Governador do Estado.”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 1º, § 2º, da Lei Estadual 5.751/98: “§ 2º O pagamento de eventual indenização pela União Federal fundada em iguais motivos, não inibe o recebimento da que ora se estabelece.”

QUESTÃO 7. Acerca do direito eleitoral no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) a cassação ou perda de mandato de parlamentar ou chefe do Poder Executivo em qualquer esfera federativa fica condicionada ao trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral.

b) inexistente previsão constitucional para a edição de decretos legislativos que visem a sustar atos emanados do Poder Judiciário, situação que representa violação à separação de poderes.

c) é cabível a exigência de apresentação simultânea do título eleitoral e de documento oficial com foto para identificação do eleitor no momento da votação.

d) o prazo de filiação partidária nas eleições de 2020 foi prorrogado diante da situação de pandemia da Covid-19, em atenção ao princípio democrático e à soberania popular.

e) é permitido o exercício de terceiro mandato eletivo para cargo do Poder Executivo por pessoa do mesmo grupo familiar, ainda que seja em Município vizinho.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 66, § 2º, da CF, não há de se falar em tal condição: “§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.”

A alternativa B está correta. No julgamento da ADI 5290/GO, o STF decidiu o seguinte: “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. INC. IV DO ART. 11 DA CONSTITUIÇÃO DE GOIÁS, ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 46/2010. ATRIBUIÇÃO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS PARA SUSTAR ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO OU DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. AFRONTA AO INC. V DO ART. 49, AO ART. 71 E AO ART. 75 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA SIMETRIA E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. 1. Sustação de atos normativos do Poder Executivo em desacordo com a lei, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa: norma que altera o sistema federativo estabelecido pela Constituição da República. É inconstitucional a ampliação da competência da Assembleia Legislativa para sustar atos do Poder Executivo em desacordo com a lei (inc. V do art. 49 da Constituição). 2. Sustação de atos do Tribunal de Contas estadual em desacordo com lei: inobservância das garantias de independência, autonomia funcional, administrativa e financeira. Impossibilidade de ingerência da Assembleia Legislativa na atuação do Tribunal de Contas estadual. 3. Ação Direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do inc. IV do art. 11 da Constituição de Goiás, com a alteração da Emenda Constitucional n. 46, de 9.9.2010.”

Ainda, veja trecho do voto da Min. Rel. Carmem Lúcia: “18. Não há na Constituição da República previsão de controle de legalidade de atos normativos do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional, portanto é inconstitucional norma estadual pela qual se estabelece referido controle, por constituir-se em indevida ingerência do Legislativo na atuação dos Tribunais de Contas estaduais.”

No mesmo sentido, foi o julgamento da ADC 33 pelo STF: “Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida Cautelar. 2. Julgamento conjunto com as ADIs 4.947, 5.020 e 5.028. 3. Relação de dependência lógica entre os objetos das ações julgadas em conjunto. Lei Complementar 78/1993, Resolução/TSE 23.389/2013 e Decreto Legislativo 424/2013, este último objeto da ação em epígrafe. 4. O Plenário considerou que a presente ADC poderia beneficiar-se da instrução levada a efeito nas ADIs e transformou o exame da medida cautelar em julgamento de mérito. 5. Impossibilidade de alterar-se os termos de lei complementar, no caso, a LC 78/1993, pela via do decreto legislativo. 6. Ausência de previsão constitucional para a edição de decretos legislativos que visem a sustar atos emanados do Poder Judiciário. Violação à separação dos poderes. 7. O DL 424/2013 foi editado no mês de dezembro de 2013, portanto, há menos de 1 (um) ano das eleições gerais de 2014. Violação ao princípio da anterioridade eleitoral, nos termos do art. 16 da CF/88. 8. Inconstitucionalidade formal e material do Decreto Legislativo 424/2013. Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada improcedente.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 4467/DF, é incabível tal exigência: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL. IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR NO DIA DA VOTAÇÃO. ART. 91-A DA LEI Nº 9.504/1997. REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.034/2009. ART. 47, § 1º, DA RES.-TSE Nº 23.218/2010. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO CONCOMITANTE DO TÍTULO ELEITORAL E DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. INTERFERÊNCIA NO DIREITO AO VOTO. SUFICIÊNCIA DO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTOGRAFIA. ADVENTO DA BIOMETRIA. Esvaziamento da discussão. INTERPRETAÇÃO CONFORME. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. A inovação legislativa trazida pelo art. 91-A da Lei nº 9.504/1997, com redação dada pela Lei nº 12.034/2009, a partir da qual exigida a apresentação concomitante do título eleitoral e de documento oficial com foto para identificação do eleitor no dia da votação, embora pensada para combater a fraude no processo eleitoral, instituiu óbice desnecessário ao exercício do voto pelo eleitor. (...) 3. Com a imposição da apresentação dos

dois documentos, alguns eleitores, regularmente alistados, seriam alijados de participar do processo eleitoral caso não estivessem portando o título eleitoral no dia da votação, com eventuais reflexos na soberania popular (CF, art. 14) e no processo democrático. (...) 6. A análise da constitucionalidade do art. 91-A da Lei nº 9.504/1997 há de levar em consideração o aprimoramento dos mecanismos de garantia da segurança do voto, já conquistada pela sociedade sua autenticidade, mediante a identificação do eleitor pela biometria, bem assim, de forma secundária, por documento com fotografia, a afastar qualquer entendimento segundo o qual a ausência do título eleitoral, no momento da votação, impede o exercício do voto. 7. Ação julgada procedente, confirmada a medida cautelar, para atribuir interpretação conforme à Constituição aos arts. 91-A da Lei nº 9.504/1997 e 47, § 1º, da Res.-TSE nº 23.218/2010, no sentido de que a ausência do título de eleitor no momento da votação não constitui, por si só, óbice ao exercício do sufrágio.”

A alternativa D está incorreta. Não houve prorrogação do prazo. De acordo com entendimento do STF: “Mesmo com a situação de calamidade pública decorrente da covid-19, são constitucionais e devem ser mantidos os prazos para filiação partidária e desincompatibilização previstos na legislação para as eleições municipais de 2020.” (STF. Plenário. ADI 6359 Ref-MC/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 14/5/2020)”

A alternativa E está incorreta. De acordo com entendimento do STF: “A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se também na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão.” (STF. 2ª Turma. RE 1128439/RN, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 23/10/2018).

De acordo com o professor Marcio André Lopes Cavalcante: “Ao se fazer uma interpretação conjugada dos §§ 5º e 7º do art. 14 da CF/88 chega-se à conclusão de que a intenção do poder constituinte foi a de proibir que pessoas do mesmo núcleo familiar ocupem três mandatos consecutivos para o mesmo cargo no Poder Executivo. Em outras palavras, a CF/88 quis proibir que o mesmo núcleo familiar ocupasse três mandatos consecutivos de Prefeito, de Governador ou de Presidente. A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se também na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão. (CAVALCANTE, Márcio André Lopes. A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar aplica-se também na hipótese em que um dos mandatos tenha sido para suceder o eleito que foi cassado. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/b1b20d09041289e6c3fbb81850c5da54>>. Acesso em: 06/12/2023).

QUESTÃO 8. Acerca do reconhecimento de omissão inconstitucional em matéria de direito da criança e do adolescente, o Supremo Tribunal Federal determinou que seja

a) garantido o benefício assistencial a crianças e adolescentes cujas famílias possuam renda familiar per capita no valor de até um salário-mínimo, excluídos valores eventualmente oriundos de programas de transferência de renda.

b) concedida licença maternidade de 120 dias ao servidor público que seja genitor monoparental de crianças geradas por fertilização in vitro e gestação por substituição, com base no disposto na Constituição Federal e na legislação de regência.

c) considerado como termo inicial de licença-maternidade a internação hospitalar da mãe ou o nascimento do recém-nascido, o que ocorrer por último, mesmo que o período de internação exceda as duas semanas previstas na CLT.

d) aplicado o direito a horário especial, sem redução dos vencimentos e com a compensação de horário, aos servidores públicos estaduais e municipais com filhos com deficiência, nos termos conferidos pela legislação aos servidores públicos federais.

e) substituída a prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e pessoas com deficiência, dispensada a aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

De acordo com Tema 1182 do STF, fixado no julgamento do RE 1348854: “Tema 1182 - Constitucionalidade da extensão da licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, ao pai solteiro servidor público, em face dos princípios da isonomia (art. 5º, I, CF), da legalidade (art. 37, caput, CF), e da proteção integral da criança com absoluta prioridade (art. 227 da CF), bem como ante o art. 195, § 5º, da CF, que dispõe que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Tese: À luz do art. 227 da CF, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental.”

A título de esclarecimento, veja o que dispõe art. 7º, XVIII, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;”

Portanto, correta a alternativa B. Utilizando-se como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 9. Considerando o controle de convencionalidade e o diálogo entre cortes, a medida incidental em medida cautelar na ADPF 635, deferida pelo Supremo Tribunal Federal para o fim de determinar que não fossem realizadas operações policiais nas favelas no Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, usou como um dos seus fundamentos a necessidade de dar cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos proferida no caso

a) Barbosa de Souza e outros.

b) Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha.

c) Favela Nova Brasília.

d) Nogueira de Carvalho e outro.

e) Sales Pimenta.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. Em 2020, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida cautelar, no bojo da ADPF 635, para determinar a suspensão de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus, salvo em casos absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente e comunicadas ao Ministério Público Estadual. Vejamos:

“DECISÃO: Trata-se de pedido de medida cautelar formulado pelo Partido requerente desta arguição de descumprimento de preceito fundamental, a fim de que sejam concedidas monocraticamente todas as medidas cautelares deferidas no voto já proferido por ocasião da submissão do julgamento da medida cautelar ao Plenário Virtual, assim como a concessão da ordem para: (i) que não se realizem operações policiais em comunidades durante a epidemia do COVID-19, a não ser em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial; e (ii) que, nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária. (...) Registre-se que o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Favela Nova Brasília, não apenas pela violação às regras mínimas de uso da força, mas também por não prever protocolos para o uso da força, seja para atestar a necessidade do emprego, seja para fiscalizá-lo. A situação narrada pelo pedido incidental demonstra especial gravidade da omissão do Estado brasileiro. O reconhecimento da emergência sanitária internacional obrigou os entes da federação a adotarem medidas rígidas de controle epidemiológico como quarentena e isolamento. Se, como atesta a decisão da Corte Interamericana, os protocolos de emprego da força já eram precários, em uma situação de pandemia, com as pessoas passando a maior parte do tempo em suas casas, eles se tornam, acaso existentes, de utilidade questionável. Operações policiais realizadas em locais de grande aglomeração ficam ainda mais arriscadas e fragilizam a já baixa accountability que deveria pautar a atuação de todos os agentes públicos. (...) Ante o exposto, defiro a medida cautelar incidental pleiteada, ad referendum do Tribunal, para determinar: (i) que, sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do COVID-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial; e (ii) que, nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária.”

Portanto, correta a alternativa C. Utilizando-se como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 10. Acerca do direito à saúde, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu em tese de repercussão geral que

- a) é constitucional a regra que permite, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio Sistema Único de Saúde, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes - Tema 579.**
- b) é incompatível com a Constituição Federal controle judicial a tornar obrigatória a observância dos percentuais mínimos previstos no artigo 77 do ADCT relativo aos recursos orçamentários destinados à saúde, considerado período anterior à edição da Lei Complementar nº 141/2012 - Tema 818.**
- c) o ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do SUS, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo adotado**

pelos planos de saúde para o pagamento dos profissionais conveniados ou cadastrados por aquele determinado plano - Tema 1033.

d) compete à autoridade judicial, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, decidir o melhor direcionamento do cumprimento de decisão ou sentença com base nas regras de repartição de competências, não podendo determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro - Tema 793.

e) o déficit de profissionais no caso de serviços de saúde pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) - Tema 698.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema 579 do STF, fixado no julgamento do RE 581488: “Tese: É constitucional a regra que veda, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio Sistema Único de Saúde, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com Tema 818 do STF, fixado no julgamento do RE 858075: “Tese: É compatível com a Constituição Federal controle judicial a tornar obrigatória a observância, tendo em conta recursos orçamentários destinados à saúde, dos percentuais mínimos previstos no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerado período anterior à edição da Lei Complementar nº 141/2012.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com Tema 1033 do STF, fixado no julgamento do RE 666094: “Tese: O ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do Sistema Único de Saúde, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com Tema 793 do STF, fixado no julgamento do RE 855178: “Tese: Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.”

A alternativa E está correta. De acordo com Tema 698 do STF, fixado no julgamento do RE 684612: “Tese: 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

QUESTÃO 11. Na temática de povos indígenas e comunidades tradicionais, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou tutela de urgência no caso dos membros

- a) do Território Quilombola Boa Hora III/Marmorana.
- b) dos Povos Indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku.
- c) da comunidade Guapo'y do Povo Indígena Guarani Kaiowa.
- d) do Povo Indígena Pataxó localizado nas Terras Indígenas Barra Velha e Comexatibá.
- e) identificados da União dos Povos Indígenas do Vale de Javari.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

O caso em apreço pela questão é relativas aos povos indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku.

Vivendo em situação de violência, os povos indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku apresentaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos a solicitação de medidas provisórias, fundados no extremo risco que estavam vivendo em suas aldeias.

Ao final da análise necessária ao caso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos requereu que uma série de medidas necessárias para a tutela de direitos dos povos indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku. Ainda, Requereu que o Brasil mantenha atualizada a Corte a cada três meses, sobre as medidas provisórias adotadas.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 12. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais as Nações Unidas estão contribuindo visa

- a) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- b) garantir sustentabilidade ambiental.
- c) combater HIV/AIDS, a malária e outras doenças.
- d) reduzir a mortalidade infantil.
- e) melhorar a saúde materna.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A questão aborda sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposta pela ONU aos líderes mundiais. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

A alternativa A está correta. Conforme o objetivo de número 12 “Consumo e produção responsáveis”, é a busca pelo padrão de produção e de consumo sustentáveis.

As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários da alternativa A.

QUESTÃO 13. O constitucionalismo contemporâneo e a própria Constituição Federal permitem a restrição a direitos humanos por meio de lei - ou por meio de interpretação judicial que decide conflito entre direitos em colisão - , sendo que a restrição ou reserva legal

a) simples é aquela em que não há na Constituição qualquer menção à lei restritiva, mas pode haver regulamentação pelo legislador em face dos demais valores constitucionais.

b) geral de ponderação é estabelecida pela Constituição mediante a estipulação de requisitos e condições que a lei necessariamente deve observar.

c) proporcional é aquela permitida pela Constituição por meio de lei que deve ser submetida ao crivo da proporcionalidade.

d) qualificada é aquela que consiste na autorização dada pela Constituição para a edição posterior de lei que adote determinada restrição a direito fundamental.

e) subsidiária é aquela em que os direitos fundamentais são submetidos à ponderação com outros valores previstos na Constituição.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A reserva legal simples é quando a Constituição não estabelece objetivos, limites e requisitos, mas há a exigência de lei. Podemos exemplificar com o art. 5º, LVIII da CRFB/88 “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.”

A alternativa B está incorreta. Se busca compatibilizar, por meio de ponderação, a interpretação dos poderes constituídos e as garantias decorrentes da liberdade individual. Como explica Jorge Reis Novais na maior parte das vezes, contudo, as normas de direitos fundamentais revestir-se-ão da natureza de princípios, mediante o recurso a fórmulas abertas e a conceitos indeterminados carentes de um preenchimento valorativo, o que torna evidente a necessidade de se adotar uma ponderação.

A alternativa C está correta. A reserva legal deve ter como baliza a sua razoabilidade e proporcionalidade, não podendo o legislador restringir o exercício de liberdades ou atingir o seu núcleo essencial. E os limites da reserva legal decorrem da própria constituição, para existir ou se busque um possível equilíbrio entre a intervenção e os objetivos do legislador.

A alternativa D está incorreta. A reserva legal qualificada se dá a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Poder Constituinte, especificando os limites atingidos pela reserva legal (art. 5º, LX, da CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. A reserva legal subsidiária é quando a lei estabelece os princípios gerais, enquanto a leis subsidiárias, detalham como esses princípios serão aplicados em situações específicas. A exemplo, podemos verificar o art. 5º, II da CRFB/88 em que a Constituição prevê a limitação de uma liberdade em virtude de lei.

QUESTÃO 14. Acerca do monitoramento dos tratados internacionais específicos de direitos humanos no sistema global,

a) a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos

e a possibilidade de comunicações interestatais enquanto o sistema de peticionamento individual é previsto em protocolo facultativo.

b) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais, sendo que o sistema de peticionamento individual depende da aceitação expressa.

c) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais enquanto o sistema de peticionamento individual é previsto em protocolo facultativo.

d) sobre os Direitos da Criança prevê, em seu texto, a apresentação de relatórios periódicos enquanto o sistema de peticionamento individual e de comunicação interestatal são previstos apenas no terceiro protocolo facultativo.

e) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher preve, em seu texto, a obrigatoriedade de apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais, sendo que o sistema de peticionamento individual depende de aceitação expressa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 19 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto 40/91), os Estados Partes deverão encaminhar ao Comitê relatórios sobre as medidas por eles adotadas no cumprimento das obrigações assumidas em virtude da presente Convenção, em um prazo de um ano, a contar do início da vigência da referida Convenção no Estado Parte interessado. Somente depois, os relatórios suplementares serão encaminhados de quatro em quatro anos.

A alternativa B está incorreta. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são obrigados a apresentar relatórios periódicos. Contudo, não há previsão acerca do peticionamento individual.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão expressa acerca de sua obrigatoriedade da apresentação de relatórios.

A alternativa D está correta. O terceiro protocolo facultativo, permitindo que as crianças apresentassem reclamações diretamente ao Comitê dos Direitos da Criança.

A alternativa E está incorreta. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher possui um protocolo facultativo que estabeleça um sistema de peticionamento individual. Inclusive, estabelece procedimento para inquéritos no caso de violações graves e sistemáticas dos direitos das mulheres.

QUESTÃO 15. Diversas agências especializadas das Nações Unidas possuem representação no Brasil, tratando de diferentes temas que são de relevância institucional para a atuação da Defensoria Pública no campo de promoção e defesa dos direitos humanos. Desse modo, considere as assertivas abaixo:

I. A FAO é a principal organização humanitária que salva vidas e muda vidas, oferecendo assistência alimentar em emergências e trabalhando com as comunidades para melhorar a nutrição e criar resiliência.

II. O PNUMA é a principal autoridade ambiental global que define a agenda ambiental global, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e atua como um defensor autorizado do meio ambiente global.

III. Uma das missões do UNICEF é contribuir para o diálogo intercultural através da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação.

IV. O FIDA tem investido nas pessoas das zonas rurais há 40 anos, capacitando-as de forma a reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e fortalecer a resiliência.

V. A ONU Mulheres é a agência encarregada de assegurar um mundo onde toda gravidez é desejada, todo parto é seguro e o potencial de cada jovem é observado.

Está correto que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) II e IV.

c) I, III, IV e V.

d) I, II e V.

e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A questão exige do aluno o conhecimento acerca das Entidades da ONU.

O item I está incorreto. Trata-se do Programa Alimentar Mundial. O Programa Alimentar Mundial é a principal organização humanitária que salva vidas e muda vidas, oferecendo assistência alimentar em emergências e trabalhando com as comunidades para melhorar a nutrição e criar resiliência. Estamos a construir um futuro melhor e mais saudável para pessoas de todo o mundo.

O item II está correto. O PNUMA é a principal autoridade ambiental global que define a agenda ambiental global, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e atua como um defensor autorizado do meio ambiente global.

O item III está incorreto. A entidade em questão é a UNESCO.

O item IV está correto. O FIDA tem investido nas pessoas das zonas rurais há 40 anos, capacitando-as de forma a reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e fortalecer a resiliência.

O item V está incorreto. A entidade descrita pelo item é O UNFPA. O UNFPA é a agência líder da ONU encarregue de assegurar um mundo onde toda gravidez é desejada, todo parto é seguro e o potencial de cada jovem é observado. O UNFPA trabalha chegando a milhões de mulheres e jovens em 155 países e territórios.

QUESTÃO 16. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou um caderno de seguimento acerca da implementação e impactos da Resolução no 01/2020, emitida pela Comissão, sobre Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. Acerca do Brasil, a Comissão

apontou que o Supremo Tribunal Federal adotou decisão com base nessa resolução acerca de

- a) medidas de distanciamento social.
- b) limites para operações policiais.
- c) pessoas privadas de liberdade.
- d) vacinação obrigatória de crianças.
- e) proteção dos povos indígenas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou caderno de Implementação e Impactos da Resolução N° 1/2020 Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. O referido Caderno aponta a decisão do Supremo Tribunal Federal, cuja decisão reconheceu que, particularmente, no Brasil, a obrigatoriedade legislativa de uso de mecanismos de proteção individual em prisões é de extrema relevância, considerando a precariedade das estruturas de políticas de saúde nesses sistemas e o alto contágio nestes ambientes.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 17. A carta de constituição da Organização Mundial de Saúde trouxe um novo conceito de saúde, o qual prevê a saúde como

- a) o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.
- b) definida no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.
- c) dever do Estado e direito de todos assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.
- d) um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência de doença ou de enfermidade.
- e) direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A questão aborda sobre a definição de saúde pela Organização Mundial da Saúde.

O conceito de saúde deve ser examinado segundo os diferentes referenciais culturais e teóricos, e depende do período histórico e do lugar em que se estabelece a definição.

A alternativa D está correta. Em 1.947 a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários acima.

QUESTÃO 18. O presidente de determinado país se recusou a adotar qualquer medida de enfrentamento da pandemia de Covid-19, nem mesmo após os avanços do conhecimento científico sobre a doença, as possibilidades de tratamento e as medidas de prevenção, inclusive medidas não farmacológicas e a vacinação. Por conta dessa postura, esse país teve um grande contingente de mortos durante todo o período de emergência sanitária determinado pela Organização Mundial de Saúde. Análises sanitárias e epidemiológicas indicam que número expressivo dessas mortes, nesse país, poderia ter sido evitado, com a adoção de medidas de distanciamento social e o uso de máscara, já nos primeiros meses da pandemia, e a compra e distribuição de vacinas tão logo essas foram disponibilizadas aos países vizinhos. Foram instaurados comitês de investigação, tanto pelo Poder Legislativo quanto por organizações da sociedade civil, que concluíram que o presidente possuía as informações técnicas e os dados de morbimortalidade. Constatou-se, ainda, nessas análises sanitárias e epidemiológicas que a pandemia, nesse país, atingiu de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis, especialmente pessoas pobres, imunodeprimidas, idosas e/ou com outros tipos de vulnerabilidades. Porém, o Procurador-Geral, único que possuía atribuição para processar o agora ex-presidente, requereu o arquivamento de todas as investigações, não existindo qualquer órgão recursal administrativo para revisão desse arquivamento, vinculando o Poder Judiciário. Desse modo, entidades de direitos humanos do país, em parceria com organizações de direitos humanos do Sul Global, decidiram encaminhar uma representação ao Procurador do Tribunal Penal Internacional. Com base apenas nessas informações, as condutas praticadas pelo presidente se enquadram, nos termos previstos no Estatuto de Roma, como prática de crime

- a) contra a administração da justiça.
- b) agressão.
- c) de guerra.
- d) de genocídio.
- e) contra a humanidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa E está correta. Conforme o caso narrado, o presidente cometeu crime contra a humanidade.

O presidente recusou-se a adotar medidas para lidar com a pandemia, apesar do conhecimento científico disponível, o que resultou em inúmeras mortes, especialmente entre grupos vulneráveis.

De acordo com o Estatuto de Roma, crimes contra a humanidade são aqueles cometidos contra a população civil, de maneira generalizada ou sistemática, a depender do caso concreto.

Portanto, diante dessa análise, as condutas praticadas pelo presidente se enquadram no conceito de crimes contra a humanidade, tendo em vista a gravidade da sua omissão.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 19. A respeito do tema “atributos do ato administrativo”, a autoexecutoriedade dos atos administrativos consiste na possibilidade de a Administração executar sozinha seus próprios atos. Em contrapartida, há exceções previstas pela Constituição Federal,

quando, por exemplo, referimo-nos à inviolabilidade do sigilo de dados e das comunicações (art. 5º XII, CF) ou à suspensão das atividades ou à dissolução compulsória de associações (art. 5º, XIX, CF), que não autorizam a autoexecutoriedade. Nesses casos, trata-se de

- a) autoexecutoriedade externa.
- b) indisponibilidade do direito.
- c) executoriedade mitigada.
- d) cláusula de reserva judicial.
- e) cláusula de barreira.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

De acordo com entendimento do STF, no julgamento do MS 23452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello: “O postulado da reserva constitucional de jurisdição importa em submeter, à esfera única de decisão dos magistrados, a prática de determinados atos cuja realização, por efeito de explícita determinação constante do próprio texto da Carta Política, somente pode emanar do juiz, e não de terceiros, inclusive daqueles a quem se haja eventualmente atribuído o exercício de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”. A cláusula constitucional da reserva de jurisdição - que incide sobre determinadas matérias, como a busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), a interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e a decretação da prisão de qualquer pessoa, ressalvada a hipótese de flagrância (CF, art. 5º, LXI) - traduz a noção de que, nesses temas específicos, assiste ao Poder Judiciário, não apenas o direito de proferir a última palavra, mas, sobretudo, a prerrogativa de dizer, desde logo, a primeira palavra, excluindo-se, desse modo, por força e autoridade do que dispõe a própria Constituição, a possibilidade do exercício de iguais atribuições, por parte de quaisquer outros órgãos ou autoridades do Estado. Doutrina.”

Portanto, correta a alternativa D. Tomando por base o mesmo dispositivo constitucional acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 20. A função em confiança não requer concurso público para seu exercício, haja vista que podem ser exercidas

- a) preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, limitando-se a atribuições de direção, mas não de chefia e assessoramento.
- b) exclusivamente por servidores que detenham cargos em comissão e que, assim, são voltados a atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporário e que se limitem às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e que se limitem às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, não se limitando a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

De acordo com art. 37, V, da CF: “V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;”

Portanto, correta a alternativa D. Tomando por base o mesmo dispositivo constitucional acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 21. A utilização de credenciamento para garantir a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas caracteriza a contratação

- a) por registro cadastral.
- b) com pré-qualificação.
- c) em mercados fluidos.
- d) com seleção a critério de terceiros.
- e) paralela e não excludente.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O registro cadastral é outra modalidade de procedimento auxiliar. De acordo com art. 78 da Lei 14.133/2021: “Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento; II - pré-qualificação; III - procedimento de manifestação de interesse; IV - sistema de registro de preços; V - registro cadastral.”

A alternativa B está incorreta. A pré-qualificação é outra modalidade de procedimento auxiliar. De acordo com art. 78 da Lei 14.133/2021: “Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento; II - pré-qualificação; III - procedimento de manifestação de interesse; IV - sistema de registro de preços; V - registro cadastral.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 79, III, da Lei 14.133/2021: “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 79, II, da Lei 14.133/2021: “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 79, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

QUESTÃO 22. No tocante aos contratos administrativos, conforme previsão expressa na Lei nº 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá, dentre outras ações,

- a) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- b) convocar os licitantes remanescentes para negociação, em ordem classificatória, com vistas à obtenção de melhor condição, desde que o parâmetro não ultrapasse a oferta dos licitantes convocados.
- c) considerar automaticamente a licitação frustrada, iniciando outro procedimento licitatório, com as correções necessárias a torná-la atrativa.
- d) convocar os licitantes remanescentes para negociação, em classificação aleatória, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
- e) adjudicar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes convocados, que não aceitaram a contratação, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor preço.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 90, § 4º, II, da Lei 14.133/2021: “§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá: II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.”

Utilizando como base o mesmo dispositivo legal, a alternativa E fica automaticamente incorreta, pois fala em “licitantes convocados”, quando, na verdade, a lei fala em “licitantes remanescentes”.

As alternativas B e D estão incorretas. De acordo com art. 90, § 4º, I, da Lei 14.133/2021: “§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá: I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;”

A alternativa C está incorreta. A definição de licitação frustrada está no art. 75, III, “b”, da Lei 14.133/2021, sendo caso de dispensa de licitação: “Art. 75. É dispensável a licitação: III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;”

QUESTÃO 23. A incorporação de área pública isoladamente inaproveitável constitui modalidade de alienação de bem público conhecida como

- a) concessão de domínio.
- b) investidura.
- c) cessão parcial.
- d) dação.
- e) doação.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há, na lei de licitações, tal modalidade de alienação.

A alternativa B está correta. De acordo com art. 76, § 5º, I, da Lei 14.133/2021: “§ 5º Entende-se por investidura, para os fins desta Lei, a: I - alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços previsto nesta Lei;”

A alternativa C está incorreta. Não há, na lei de licitações, tal modalidade de alienação.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 76, I, “a”, e § 1º, da Lei 14.133/2021: “Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: a) dação em pagamento; (...) § 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 76, I, “b”, e § 2º, da Lei 14.133/2021: “Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas “f”, “g” e “h” deste inciso; (...) § 2º Os imóveis doados com base na alínea “b” do inciso I do caput deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário.”

QUESTÃO 24. Em se tratando de alocação de riscos, dentro da esfera dos contratos administrativos, define-se como matriz de riscos

a) o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure sua execução futura.

b) o documento elaborado para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com concorrentes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com análise prévia de riscos à contratação futura.

c) a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

d) o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos, em especial, no tocante a riscos possíveis da contratação.

e) a peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, com indicações de estudos técnicos que adentrem na esfera de possíveis fatores que possam desencadear o não cumprimento do contrato futuro.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Essa é a definição de projeto básico. De acordo com art. 6º, XXV, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:”

A alternativa B está incorreta. Essa é a definição de diálogo competitivo. De acordo com art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 6º, XXVII, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:”

A alternativa D está incorreta. Essa é a definição de termo de referência. De acordo com art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:”

A alternativa E está incorreta. Essa é a definição de anteprojeto. De acordo com art. 6º, XXIV, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:”

QUESTÃO 25. É característica da suspensão da exigibilidade do crédito tributário

a) viabilidade de retomada do prazo, reiniciando-o por completo para gozo do direito em discussão.

b) aproveitamento do prazo restante antes da suspensão para gozo do direito, desde que considerado o acréscimo moratório.

c) inviabilidade de retomada de prazo a partir da data de sua suspensão para gozo do direito em discussão.

d) interromper a exigibilidade, com impossibilidade de ser revigorado ainda no mesmo exercício financeiro.

e) poder dar-se a qualquer momento, inclusive antes da ocorrência do fato jurídico tributário.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

As alternativas A, B e C estão incorretas. O prazo não se reiniciará por completo, pois como o próprio nome do instituto traz, ocorrerá apenas suspensão da exigibilidade do crédito. Neste caso, o prazo será retomado de onde parou.

A alternativa D está incorreta. Como o próprio nome do instituto traz, ocorrerá a suspensão da exigibilidade do crédito, e não sua interrupção.

A alternativa E está correta. De acordo com doutrina do professor Ricardo Alexandre: “Outro ponto digno de nota é que as causas de suspensão do crédito tributário não operam apenas nos casos em que o lançamento já foi efetuado. É possível, por exemplo, que seja concedida uma liminar em mandado de segurança mesmo antes da constituição do crédito. Nesse caso, a jurisprudência tem afirmado que a autoridade fiscal não fica impedida de realizar o lançamento, pois o que a liminar suspende é a exigibilidade do crédito e não a possibilidade de constituí-lo. Assim, o crédito pode (e deve) ser constituído, mas sem estipulação de prazo para pagamento e sem imposição de penalidade, devendo-se apor, ao final do documento que instrumentaliza o lançamento, a expressão “suspensão por medida judicial”. (Alexandre, Ricardo. Direito tributário / Ricardo Alexandre - 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2018; p-474). Logo, correta a alternativa E.

QUESTÃO 26. Um ato jurídico simulado que visa não recolher ou recolher tributo a menor é a

- a) evasão fiscal.**
- b) fraude fiscal.**
- c) ação de planejamento tributário.**
- d) elisão fiscal.**
- e) elusão fiscal.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A Elisão Fiscal pode ser definida, em síntese, como o conjunto de atos lícitos, praticados pelo contribuinte ou sujeito passivo da obrigação, no intuito de diminuir ou excluir o encargo tributário, em regra, antes da ocorrência do fato gerador, isto é, antes do nascimento da obrigação tributária. É, portanto, considerada um planejamento tributário. A Elisão pode ser decorrente de lei, quando o próprio dispositivo legal permite ou induz a economia de tributos, por meio de uma vontade clara e consciente do legislador de dar ao contribuinte alguns benefícios fiscais.

Já a Elusão Fiscal também pode ser chamada de Elisão Ineficaz, ela ocorre quando o contribuinte simula um negócio jurídico, com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador. Nessa situação, o contribuinte simula o negócio jurídico com o objetivo de ocultar a essência do negócio, alterando a sua forma. Isto é, na aparência, os negócios jurídicos celebrados são lícitos, mas, o que de fato se observa é a simulação ou dissimulação de uma situação para desonerar ou tributar em menor medida situações que normalmente seriam oneradas de modo mais gravoso ao contribuinte. A Elusão é vista como uma prática abusiva por não corresponder a uma realidade, mesmo que não constitua atos ilícitos.

(Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/elisao-elusao-evasao-fiscal/>. Acesso em: 05/12/2023).

Portanto, a alternativa E está correta.

Tomando por base a explicação dada acima, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 27. São conhecidas as tentativas de afastar-se tributos de suas limitações constitucionais, na expectativa de serem criados para além de suas competências, de modo disfarçado. Para o enfrentamento de tais condutas, impedindo o subterfúgio, tem-se instituída, no direito tributário, a

- a) finalidade desviada.**
- b) atitude fraudulenta.**
- c) irrelevância de denominação.**
- d) hipótese tributária.**
- e) negativa de identificação.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com artigo 4º, I, do CTN: “Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;”

Desta feita, de acordo com o próprio CTN, uma das maneiras de impedir subterfúgios tributários, é a instituição da irrelevância de denominação, segundo a qual pouco importa a denominação formal dada pela lei em relação a determinada espécie tributária para disfarçar outra espécie tributária.

Logo, correta a letra C.

Utilizando como base a mesma justificativa legal, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 28. A progressividade, em matéria tributária, não se mostra exclusivamente como uma decorrência da concretização da justiça retributiva. Para além da capacidade contributiva, também se baseia em parâmetro nascido da Ordem Econômica, a progressividade

- a) estrutural.**
- b) contextual.**
- c) social.**
- d) orgânica.**
- e) econômica.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

De acordo com entendimento doutrinário: “Um sistema de impostos progressivo tende, naturalmente, a reduzir a desigualdade de renda entre os cidadãos. No contexto do sistema tributário de qualquer país, o tributo que melhor possibilita a aplicação do princípio da

progressividade é o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Para avaliar-se a progressividade de um tributo foram criados índices de medida da progressividade estrutural ou local, como a alíquota efetiva, por exemplo, os quais utilizam a própria configuração do tributo e índices de medida da progressividade efetiva ou global, os quais utilizam medidas de desigualdade de renda antes e após a incidência do tributo. (...) Diz-se que um tributo é progressivo se a alíquota média (também chamada de alíquota efetiva) atribuída a uma "unidade tributável", aumenta na medida em que cresce sua renda. Isso significa que uma unidade com maior renda não só paga mais tributo, mas também perde uma parcela maior de sua renda pagando o imposto. Na literatura econômica recente há uma extensa variedade de medidas de progressividade para os tributos ou sistemas tributários, sendo que não existe uma medida única ou universalmente usada. Por exemplo, em seu trabalho seminal, Musgrave e Thin (1948) apresentaram vários indicadores de progressividade e os distinguiram entre indicadores de progressividade estrutural e de progressividade efetiva, referidos também como indicadores de progressividade local ou global, respectivamente. A principal diferença entre essas duas classificações é que os indicadores locais medem a progressividade com base na configuração do tributo, ao passo que os globais o fazem com base em alguma medida de desigualdade de renda antes e após a incidência do tributo. (...) O imposto de renda da pessoa física no Brasil é bastante progressivo quando se utiliza um índice conhecido de progressividade local. Em termos de alíquotas efetivas, a alíquota efetiva (média) total foi 9,2% em 2012, bastante próxima da alíquota marginal mínima de 7,5% para os rendimentos do trabalho e bem distante da alíquota mínima de 15% para os rendimentos do capital. Isso mostra que a grande maioria da população não paga imposto ou paga a alíquotas efetivas bem inferiores às previstas na legislação, evidenciando a aplicação efetiva do princípio da capacidade de pagamento previsto na Constituição Federal de 1988.” (DE CASTRO, Fábio Avila. BUGARIN, Maurício Soares. A progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil. Estudos Econômicos. São Paulo. 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/dBHYwCfdV36bZhXMJ9vZq7m/#>. Acesso em: 05/12/2023). Logo, correta a alternativa A.

Utilizando como base o mesmo entendimento doutrinário acima mencionado, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 29. Segundo dispõe a Lei Complementar Estadual nº 105/97, constituem, expressamente, recursos financeiros do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

- a) os resultantes de contratos acordos e outros ajustes celebrados pela Defensoria Pública com instituições desde que privadas, não incidindo nas públicas.**
- b) os relativos a honorários advocatícios, em razão da aplicação do princípio de sucumbência, de ações com assistência judiciária patrocinadas por integrantes da Defensoria Pública.**
- c) as importâncias recebidas de fundações públicas, desde que se trate de entidade internacional de defesa de direitos humanos.**
- d) as custas judiciais decorrentes de processos ajuizados em face de usuários com direito a assistência jurídica gratuita.**
- e) as contribuições, subvenções e auxílios do Estado e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda conhecimento acerca dos Recursos do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 3, d, da Lei Complementar Estadual nº 105/97, os acordos celebrados podem alcançar tanto instituições públicas como privadas: “d) os resultantes de contratos acordos e outros ajustes celebrados pela Defensoria Pública com instituições públicas e privadas;”

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 3, b, da Lei Complementar Estadual nº 105/97 farão parte dos recursos financeiros do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo: “b) os relativos a honorários advocatícios, em razão da aplicação do princípio de sucumbência, de ações com assistência judiciária patrocinadas por integrantes da Defensoria Pública;”

A alternativa C está incorreta. A limitação trazida na alternativa não está presente na referida Lei Complementar, uma vez que no artigo 3, e, da Lei Complementar Estadual nº 105/97 está previsto que: “as importâncias recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais”.

A alternativa D está incorreta. Àqueles que seja deferido o benefício da assistência jurídica gratuita não é exigido o pagamento de custas judiciais, conforme prevê o artigo 98, §1º, I, do CPC: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1º A gratuidade da justiça compreende: I - as taxas ou as custas judiciais;”

A alternativa E está incorreta. A Lei Complementar Estadual nº 105/97 prevê que apenas contribuições e subvenções dos Municípios e da União e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações serão destinadas ao aparelhamento, conforme o art. 3, c, da referida Lei: “c) as contribuições, subvenções e auxílios da União, de Municípios e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

QUESTÃO 30. Fazem parte do quadro de pessoal previstos pela Lei Complementar Estadual nº 858/17, dentre outros, os cargos em comissão e comissão especial de

a) Diretor de Gestão de Pessoas e Diretor de Comunicação.

b) Diretor de Almoxarifado e Assistente de Patrimônio.

c) Assessor de Comunicação e Agente de Comunicação.

d) Assessor Especial Nível I e Assessor Especial Nível II.

e) Assessor de Controle Interno e Assessor Especial Nível I.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda conhecimento acerca Cargos em comissão e comissão especial.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentado na letra E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentado na letra E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentado na letra E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentado na letra E.

A alternativa E está correta. O Anexo I da Lei Complementar Estadual nº 858/17 traz os seguintes cargos em comissão e comissão especial: **Assessor de Controle Interno**; Diretor de Gestão de Pessoas Diretor de Tecnologia; da Informação; **Assessor Especial Nível I**; Assessor de Tecnologia da Informação; Assessor de Comunicação; Assistente de Almoxarifado e Patrimônio; Assistente de Gestão de Frotas e Manutenção.

QUESTÃO 31. Sobre a hipossuficiência financeira e jurídica, a Lei Complementar Estadual nº 55/94, dispõe que

- a) a mera declaração de hipossuficiência econômica pelo usuário não basta para comprovação da hipossuficiência.
- b) a constatação de condição econômica não ensejará cobrança de honorários, mas a interrupção do atendimento, no prazo legal.
- c) se estende a estrangeiros, mesmo que em trânsito no Estado.
- d) a aferição da hipossuficiência se dá, unicamente, no início da ação a ser proposta.
- e) a aferição da hipossuficiência não ocorre na esfera penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda conhecimento acerca da hipossuficiência.

A alternativa A está incorreta. O artigo 2º, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 55/94 aduz que: “§ 1º Valerá como comprovação, para os efeitos deste artigo, a declaração de hipossuficiência econômica sob as penas da lei, prestada pelo interessado.”.

A alternativa B está incorreta. O artigo 2º, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 55/94 prevê que: “A Defensoria Pública manterá permanente atividade de apuração do estado de carência dos seus assistidos, adotando, em relação ao declarante, se comprovado o não preenchimento dos requisitos estabelecidos no § 1º, as providências legais cabíveis, inclusive as de natureza penal.”

A alternativa C está correta. Conforme previsão no caput do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 55/94: “Art. 2º Considera-se necessitado, para os fins desta Lei Complementar, toda pessoa, brasileira ou estrangeira, residente ou em trânsito no Estado, cuja insuficiência de recursos não lhe permita arcar com os custos da defesa de seus direitos, ou cuja hipossuficiência a coloque em situação de vulnerabilidade em relação à parte contrária.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 2º, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 55/94 prevê uma permanente análise do estado de carência: “A Defensoria Pública manterá permanente atividade de apuração do estado de carência dos seus assistidos, adotando, em relação ao declarante, se comprovado o não preenchimento dos requisitos estabelecidos no § 1º, as providências legais cabíveis, inclusive as de natureza penal.”

A alternativa E está incorreta. O artigo 2º, §3º, da Lei Complementar Estadual nº 55/94 estabelece que: “§ 3º O acusado que possuir condição econômica e não constituir advogado arcará com os honorários decorrentes da defesa técnica, cujos valores serão revertidos ao FADEPES.”

QUESTÃO 32. A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, para seus efeitos, considera dado anonimizado aquele

- a) excluído do conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.
- b) dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, referente à saúde ou à vida sexual, vinculado a uma pessoa natural.
- c) utilizado sob meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- d) relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- e) Suspenso temporariamente de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda conhecimento acerca da Lei Geral de Proteção de Dados.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme o artigo 5º, III, da Lei Geral de Proteção de Dados: “dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;”

A alternativa E está incorreta. Conforme comentário da alternativa D.

QUESTÃO 33. Sobre os recursos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2021), é correto afirmar que no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de

- a) 05 dias a contar da sua publicização, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.
- b) 15 dias a contar de disponibilização ao cidadão, recurso esse dirigido à Ouvidoria ou órgão similar.
- c) 10 dias a contar da sua publicização, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.
- d) 05 dias, a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
- e) 10 dias a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda conhecimento acerca da Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O artigo 15, *caput* e o parágrafo único, da Lei de Acesso à Informação estabelecem que: “Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência. Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.”

QUESTÃO 34. Segundo dispõe o Ato Normativo CGDP nº 018/2018, da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Espírito Santo, com relação ao estágio probatório, correto afirmar que

a) estabelece que a fiel observância deste ato normativo constitui dever funcional e que eventuais dúvidas quanto ao seu cumprimento devem ser dirimidas pela Corregedoria Geral.

b) a avaliação na modalidade completa se dá de forma anual e, na modalidade parcial, se dará em periodicidade trimestral, sem prejuízo da remessa de relatórios mensais. c) a avaliação será realizada por Comissões Temáticas de Estágio probatório, prevalecendo aquela que for coincidente com as atribuições do cargo principal, se cumulado.

d) no caso de o membro estar em exercício em mais de uma Defensoria, deverá ele apresentar relatórios mensais distintos, correspondentes a cada uma delas.

e) os relatórios deverão ser acompanhados de cópias de todos os atos, ofícios, memorandos e comunicações elaborados mensalmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda conhecimento acerca do Estágio Probatório na DPE-ES.

A alternativa A está correta. A alternativa replicou disposições previstas nos artigos 4 e 5 do Ato Normativo CGDP nº 018/2018: “Art. 4º. As dúvidas quanto ao cumprimento deste ato normativo serão dirimidas pela Corregedoria Geral, as quais poderão ser encaminhadas via correio eletrônico para o endereço corregedoria@dp.es.gov.br. Art. 5º. Constitui dever funcional do Defensor Público a fiel observância deste ato normativo.”

A alternativa B está incorreta. Tal disposição não está prevista no Ato Normativo CGDP nº 018/2018.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de Comissões Temáticas de Estágio probatório no Ato Normativo CGDP nº 018/2018.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa contraria o artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo CGDP nº 018/2018, que prevê: “Parágrafo único - O relatório mensal para avaliação do estágio probatório será único, mesmo quando o membro estiver em exercício em mais de uma Defensoria, organizado por Defensoria e subdividido por tipo de RMA apresentado, observandose a seguinte ordem: I - RMA - relatório mensal de atividades apresentado pelo sistema SPCJWeb; II - comprovante de todos os atendimentos realizados; III - demais peças na ordem decrescente do RMA apresentado;”

A alternativa E está incorreta. A afirmativa contraria o artigo 2º, *caput*, do Ato Normativo CGDP nº 018/2018, o qual dispensa cópias de ofícios, memorandos e comunicações internas: “Art. 2º. O

relatório mensal para avaliação do estágio probatório, previsto na Resolução CSDPES nº 042/2018, conterà cópia de todos os atos praticados, exceto ofícios, memorandos e comunicações internas.”

QUESTÃO 35. Segundo texto expresso da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, com relação à apresentação da proposta orçamentária da Defensoria Pública do Estado, caso esta esteja em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo

- a) suplementará os recursos previstos a maior, caso efetivamente executados no ano orçamentário.
- b) complementar os recursos faltantes, afetando rubrica que guarda analogia com aquela que merece ajuste, desde que devidamente justificado.
- c) não poderá proceder a ajustes necessários para adequá-la à lei de diretrizes orçamentárias.
- d) procederá aos ajustes necessários para fim de consolidação da proposta orçamentária anual.
- e) discutirá a proposta com a Defensoria Pública do Estado, até seu enquadramento frente à lei de diretrizes orçamentárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda conhecimento acerca da autonomia financeira da Defensoria Pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O artigo 123, §4º, da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, estabelece que: “§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no § 3º ou desacordo entre a proposta orçamentária de que trata este artigo e os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.”

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 36. Segundo o texto expresso da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, os membros integrantes da Defensoria Pública serão julgados e processados perante

- a) Tribunal de Justiça do Estado.
- b) Tribunal de Justiça do Estado, desde que autorizado por maioria simples da Assembleia Legislativa.
- c) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado, desde que autorizada por maioria simples da Assembleia Legislativa.
- d) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado.
- e) a Corregedoria Geral do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda conhecimento acerca do Foro por prerrogativa de Função .

A alternativa A está correta. Conforme a literalidade do artigo 123, §6º, da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo: “§ 6º Os membros integrantes da Defensoria Pública serão julgados e processados perante o Tribunal de Justiça.”

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 37. Maria, de 30 anos de idade, gostaria de adotar o sobrenome do companheiro em seu assento e pretende realizar essa inclusão administrativamente, pois, ao formalizar a união estável em cartório, optou por não o incluir e, após, arrependeu-se. Ao comparecer perante o Oficial de Registro de Civil foi orientada de que, segundo a Lei de Registros Públicos, tal alteração administrativa seria

a) viável, a qualquer tempo, durante a constância da união.

b) inviável, pois somente se admite a inclusão de sobrenomes familiares em razão de alteração das relações de filiação.

c) viável, mediante autorização do companheiro e motivação apresentada por escrito.

d) inviável, pois se exige autorização judicial.

e) inviável, pois somente permitida no momento da oficialização da união.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige conhecimento sobre a Lei de Registros Públicos, quanto ao registro do sobrenome.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 57, § 2º, da Lei nº 6.015: “Os conviventes em união estável devidamente registrada no registro civil de pessoas naturais poderão requerer a inclusão de sobrenome de seu companheiro, a qualquer tempo, bem como alterar seus sobrenomes nas mesmas hipóteses previstas para as pessoas casadas”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 57, *caput*, da Lei nº 6.015: “A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (...)”.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 38. Uma família comparece à Defensoria Pública pedindo informações quanto à divisão dos bens deixados pela matriarca, recentemente falecida. Informaram que a autora

da herança, Paula, era divorciada e teve três filhas, Marina, Helena e Luíza. A filha mais velha, Marina, faleceu antes de sua genitora, e deixou os filhos Gustavo e Larissa. Helena é mãe de Tales, mas lavrou escritura pública renunciando à herança de sua mãe. Por fim, Luíza, mãe de Hugo e Valentina, não manifestou expressamente aceitação à herança, mas já está desfrutando de bens deixados por sua genitora. Com base nos fatos descritos, a herança deverá ser dividida por

a) estirpe, sendo um terço dividido entre Gustavo e Larissa, um terço para Tales, e um terço dividido entre Hugo e Valentina.

b) estirpe, à proporção de metade para Luíza, sendo a outra metade dividida entre Gustavo e Larissa, por representação.

c) estirpe, sendo um terço dividido entre Gustavo e Larissa, um terço para Tales, sendo essas duas hipóteses de representação, enquanto o outro terço vai para Luíza, por direito próprio.

d) cabeça, em três partes iguais, sendo cada uma delas destinadas para Luíza, Gustavo e Larissa.

e) cabeça, em cinco partes iguais, sendo cada uma destinada a um dos netos, Gustavo, Larissa, Tales, Hugo e Valentina.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige conhecimento sobre sucessões no direito civil.

A alternativa B está correta. A autora da herança, Paula, deixou 3 filhas. Em tese, todas as 3 herdeiras dividiriam a herança em partes iguais. Contudo: i) Helena lavrou escritura pública renunciando à herança de sua mãe, de forma que sua parte será acrescida à dos outros herdeiros da mesma classe, suas irmãs. Seu filho, Tales, nada herdar, pois não se pode suceder representando herdeiro renunciante. Nesse sentido, os arts. 1.810 e 1.811 do CC/02: “Na sucessão legítima, a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe e, sendo ele o único desta, devolve-se aos da subsequente”; e “Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça”; ii) Marina faleceu antes da autora da herança, sua genitora, e deixou os filhos Gustavo e Larissa. Nesse caso, irá incidir o direito de representação e a parte de Marina (50% do monte) será repartida por igual entre seus filhos (25% para Gustavo e 25% para Larissa). Nesse sentido, os arts. 1.851, 1.854 e 1.855 do CC/02: “Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse”; “Os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado, se vivo fosse”; e “O quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes”. iii) Luíza, por fim, herdar, sua parte normalmente, pois embora não tenha manifestado expressamente aceitação à herança, o fez de maneira tácita, desfrutando dos bens deixados por sua genitora. Nesse sentido, o art. 1.805, *caput*, do CC/02: “A aceitação da herança, quando expressa, faz-se por declaração escrita; quando tácita, há de resultar tão-somente de atos próprios da qualidade de herdeiro”. Assim, ela herdar 50% do monte.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 39. Dezenas de famílias de baixa renda ocuparam área urbana pertencente a empresa pública do Estado do Espírito Santo, fixando sua moradia de forma ininterrupta e

sem oposição por mais de 5 anos. Diante do interesse de utilização da área para construção de uma nova sede, a empresa deseja a desocupação da área. Nesta situação, em conformidade com as previsões constitucionais e legais, bem como entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, a usucapião como forma de aquisição de propriedade de bens públicos

a) é vedada, mas os bens pertencentes a empresas públicas não se enquadram nessa categoria, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, desde que a área ocupada por cada família não exceda 250 m² e que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.

b) é admitida em relação a bens pertencentes a empresas públicas, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, ainda que a área ocupada por cada família exceda 250 m², desde que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.

c) é vedada, de modo que não se mostra possível no caso apresentado, ainda que o imóvel pertença a empresa pública ou seja considerado um bem dominical.

d) é admitida nesse caso, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a usucapião de bens dominicais independentemente da presença de outros requisitos além daqueles descritos no enunciado.

e) é admitida em relação a bens dominicais pertencentes a empresas públicas, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, desde que a área ocupada por cada família não exceda 250 m² e que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre a usucapião.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento da alternativa C.

A alternativa C está correta, conforme a súmula 340 do STF: “Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião”. Nesse sentido, também o art. 183, § 3º, e o art. 191, parágrafo único, da Constituição Federal: “Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”. Por fim, o art. 102 do CC/02: “Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião”.

QUESTÃO 40. É exigível a autorização do cônjuge, na constância do regime da comunhão parcial de bens, para a prática de

a) obtenção de empréstimo para a aquisição das coisas necessárias à economia doméstica.

b) alienação de bens imóveis que não integrem a comunhão.

c) doação remuneratória dos bens comuns.

d) alienação de bens móveis de elevado valor.

e) administração dos próprios bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige conhecimento sobre o direito patrimonial no direito civil.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.643, I e II, do CC/02: “Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro: I - comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica; II - obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.647, I, do CC/02: “Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.647, IV, do CC/02: “Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: IV - fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns, ou dos que possam integrar futura meação”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.642, VI, do CC/02: “Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente: VI - praticar todos os atos que não lhes forem vedados expressamente”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.642, II, do CC/02: “Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente: II - administrar os bens próprios;”.

QUESTÃO 41. Carlos possui deficiência intelectual e teve recentemente reconhecida sua incapacidade civil relativa por decisão judicial em ação de curatela. Nesta ação, foi reconhecida a ausência de condições para a prática de atos civis negociais por Carlos. Joana, sem saber de tal condição, celebrou negócio jurídico com efeitos patrimoniais com Carlos. Tal negócio jurídico é

- a) anulável, com prazo prescricional de 4 anos, a contar do dia em que cessar a incapacidade.**
- b) válido, pois a pessoa com deficiência pode continuar praticando negócios jurídicos e exprimindo sua vontade.**
- c) nulo, de modo que o ato não produz efeitos jurídicos.**
- d) anulável, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que cessar a incapacidade.**
- e) nulo, porém produz efeitos jurídicos que devem ser objeto de ação declaratória de nulidade, sem prazo prescricional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exige conhecimento sobre a invalidade do negócio jurídico no direito civil.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 171, I, e do art. 178, III, ambos do CC/02: “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente;” e “É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade”.

QUESTÃO 42. Fábio, segurança terceirizado de um shopping center, impediu Flávia, mulher trans, de usar o banheiro em razão do sexo com o qual ela se identifica. O shopping, em defesa, alegou que Fábio havia sido devidamente orientado sobre os direitos de gênero e

que se tratou de conduta isolada do funcionário terceirizado e contra as ordens diretivas do estabelecimento. Neste caso, a responsabilidade civil do shopping center é

- a) excluída, por ter sido realizada contra as ordens e orientações do empregador.
- b) subjetiva, por ter sido realizada contra as ordens e orientações do empregador.
- c) objetiva, visto que o funcionário teria cometido o ato no exercício do trabalho que lhe competia ou em razão dele.
- d) excluída, por não haver contrato típico de trabalho, tratando-se de contratação terceirizada.
- e) subjetiva, mediante comprovação de dolo ou culpa do empregador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige conhecimento sobre a responsabilidade civil.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 932, III, e do art. 933, ambos do CC/02: “São também responsáveis pela reparação civil: III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;” e “As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos”.

QUESTÃO 43. Cláudia comparece à unidade de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, afirmando que não consegue regularizar junto aos órgãos públicos a situação do imóvel, de valor superior a 30 salários mínimos, no qual reside com sua família, há mais de cinco anos, pois esses não aceitam a documentação que alega comprovar a compra e venda do imóvel. Analisando os documentos, a Defensora Pública responsável pelo atendimento verifica que Cláudia possui apenas um contrato particular de compromisso de compra e venda do imóvel datado de 2017, com cláusula de irretratabilidade, mas não houve registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Diante desta documentação, Cláudia deve ser informada que

- a) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito por meio de adjudicação compulsória ou usucapião, se presentes os requisitos para tanto.
- b) já houve a transferência da propriedade por meio da tradição, configurada com a obtenção da posse do imóvel para fins residenciais.
- c) já houve a transferência do domínio do imóvel por meio do contrato com cláusula de irretratabilidade, de modo que não há necessidade de adjudicação compulsória ou usucapião para o reconhecimento da propriedade.
- d) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito somente por meio de usucapião, pois a adjudicação compulsória apresenta como requisito o registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.
- e) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito somente por meio de adjudicação compulsória, pois não se verifica o cumprimento de prazo suficiente para pleitear o reconhecimento de nenhuma modalidade de usucapião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão dispõe sobre as formas de aquisição da propriedade.

A alternativa A está correta, nos termos dos arts. 1.417, 1.418, 1.240, todos do CC/02, e do art. 216-B da Lei de Registros Públicos: “Mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel”; “O promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor, ou de terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda, conforme o disposto no instrumento preliminar; e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel”; “Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” e “Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, nos termos deste artigo”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 44. De acordo com as disposições legais e interpretação dada pelos Tribunais Superiores, a garantia do bem de família NÃO impede a possibilidade de penhora

- a) do imóvel utilizado por uma única pessoa solteira para fins de sua própria moradia.**
- b) do imóvel de fiador em razão de dívida oriunda de contrato de locação residencial ou comercial.**
- c) da garagem do imóvel, sendo indiferente o fato de contar ou não com matrícula própria no registro de imóveis.**
- d) integral do imóvel pertencente ao casal se apenas um dos cônjuges responde exclusivamente por dívida de natureza alimentar.**
- e) do imóvel alugado para terceiros se renda for utilizada para custear aluguel de outro imóvel para moradia.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão dispõe sobre a proteção do bem de família.

A alternativa A está incorreta, nos termos da súmula 364 do STJ: “O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.”

A alternativa B está correta, conforme o entendimento do STF, proferido em sede de Repercussão Geral (RE 1.307.334, Tema 1.127): “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial”. Ademais, já previa a súmula 549 do STJ: “É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação”.

A alternativa C está incorreta, nos termos da súmula 449 do STJ: “A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.” Caso a garagem não tenha matrícula própria, compartilhando, assim, do mesmo registro do imóvel, receberá a proteção da impenhorabilidade do bem de família.

A alternativa D está incorreta, conforme o entendimento do STJ (REsp 1818926/DF): “Ainda, a fim de que seja plenamente resguardado o interesse do coproprietário do bem indivisível alheio à execução, a própria penhora não pode avançar sobre o seu quinhão, devendo ficar adstrita à quota-parte titularizada pelo devedor. (...) Trata-se, pois, de um gravame imposto pela atuação jurisdicional do Estado, com vistas à realização coercitiva do direito do credor, que, à toda evidência, não pode ultrapassar o patrimônio do executado ou de eventuais responsáveis pelo pagamento do débito, seja qual for a natureza dos bens alcançados.

A alternativa E está incorreta, nos termos da súmula 486 do STJ: “É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.”

QUESTÃO 45. De acordo com as normativas legais acerca do nome empresarial,

- a) é permitida a alienação do nome empresarial, se houver previsão no contrato social.**
- b) a firma da sociedade limitada será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.**
- c) o nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar pode ser conservado na firma social.**
- d) a sociedade em conta de participação pode operar por firma ou denominação.**
- e) a sociedade anônima deve operar sob firma, integrada pela expressão "companhia"**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não é permitida a alienação do nome empresarial. De acordo com artigo 1.164 do CC/02: “Art. 1.164. O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.”

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 1.158, § 1º, do CC/02: “Art. 1.158. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura. § 1º A firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.”

A alternativa C está incorreta. Não é possível a conservação do nome neste caso. De acordo com artigo 1.165 do CC/02: “Art. 1.165. O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, não pode ser conservado na firma social.”

A alternativa D está incorreta. A sociedade em conta de participação pode operar por firma nem por denominação. De acordo com artigo 1.162 do CC/02: “Art. 1.162. A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.”

A alternativa E está incorreta. A sociedade anônima opera sob firma. De acordo com artigo 1.160 do CC/02: “Art. 1.160. A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)”.

QUESTÃO 46. Considere os seguintes tópicos:

- I. sucursal de pessoa jurídica com sede no exterior.**
- II. sociedade simples enquadrada como microempresa.**

III. pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações.

IV. sociedade empresária enquadrada como empresa de pequeno porte.

São pessoas jurídicas que podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 quando atendidos os requisitos legais, APENAS em

a) II e III.

b) I, II e III.

c) II e IV.

d) I e IV.

e) IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O rol de empresas que não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar n. 123/2006 está previsto no artigo 3º, § 4º, da aludida lei.

Nesse sentido, dispõe o referido dispositivo que: § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

Por sua vez, conforme previsto no artigo 1º da referida lei: Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: [...].

Assim, analisando as assertivas apresentadas no enunciado, é possível concluir que apenas aquelas elencadas nos itens I e IV podem ser beneficiadas, quais sejam, a sociedade simples enquadrada como microempresa (I) e a sociedade empresária enquadrada como empresa de pequeno porte (IV).

QUESTÃO 47. Isabela e Cássio são casados em comunhão universal de bens e não pretendem alterar o referido regime. Nessa situação, à luz do Código Civil e da jurisprudência do STJ, eles devem ser orientados que

a) não poderão contratar sociedade empresária entre si, mas poderão, em conjunto, constituir sociedade simples.

b) é vedada a constituição de sociedade por Isabela ou por Cássio, ainda que apenas um deles seja sócio com terceiro.

c) não poderão contratar sociedade entre si, por expressa vedação legal.

d) poderão constituir sociedade entre si e com terceiros, sem restrições.

e) é permitido que constituam sociedade entre si, desde que haja outros sócios na pessoa jurídica.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra C**.

Em regra, os cônjuges podem livremente contratar sociedade entre si, salvo se forem casados no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória. No caso apresentado, Isabela e Cássio são casados no regime da comunhão universal e não pretendem alterá-lo, logo, não poderão constituir a referida sociedade.

De acordo com o art. 977 do Código Civil: “Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.”

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 48. Na resolução parcial da sociedade limitada,

- a) por maioria absoluta, os demais sócios podem excluir, imotivadamente, sócio minoritário.**
- b) o capital social sofrerá a consequente redução, sendo vedado que os demais sócios supram o valor da quota do sócio retirante.**
- c) o direito de retirada do sócio deve ser sempre motivado.**
- d) pode o contrato social permitir o ingresso de sucessor do sócio falecido na empresa, sem liquidação de sua quota.**
- e) o direito de retirada do sócio pode ser exercido administrativa ou judicialmente, independentemente de notificação dos demais sócios.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

No entanto, o art. 1.028 do Código Civil elenca três hipóteses em que não haverá liquidação da quota do sócio falecido, vejamos:

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I - se o contrato dispuser diferentemente;

II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 49. De acordo com entendimento firmado pelo STJ, na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, é possível o corte de energia

- a) administrativo, sem a necessidade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa ou aviso prévio ao consumidor.**
- b) somente por processo judicial, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e mediante prévio aviso ao consumidor.**

c) administrativo, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e mediante prévio aviso ao consumidor.

d) somente por processo judicial e desde que a fraude tenha sido previamente apurada em âmbito criminal.

e) somente por processo judicial, sem a necessidade de aviso prévio ao consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com o entendimento firmado em repetitivo do STJ: “Na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de 90 (noventa) dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até 90 (noventa) dias após o vencimento do débito, sem prejuízo do direito de a concessionária utilizar os meios judiciais ordinários de cobrança da dívida, inclusive antecedente aos mencionados 90 (noventa) dias de retroação”. (REsp n.º 1.412.433/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 1ª Seção, julgado em 25/04/2018 (recurso repetitivo) (Info 634).

A alternativa A está incorreta, pois é sim necessário o estabelecimento do contraditório e da ampla defesa.

A alternativa B está incorreta, pois não é necessário processo judicial, podendo a apuração se dar no âmbito administrativo, desde que observado o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa D está incorreta, pois não necessária a prévia apuração em âmbito criminal, observando a independência das instâncias.

A alternativa E está incorreta, pois não é necessário processo judicial, podendo a apuração se dar no âmbito administrativo, desde que observado o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 50. Jonas compareceu à Defensoria Pública de Vila Velha pedindo orientações a respeito de dívida contraída em seu cartão de crédito. Em razão da dívida, o usuário havia sido inscrito em cadastro de inadimplentes. A dívida foi totalmente quitada junto credor, de modo que Jonas gostaria de receber orientações de como retirar a anotação negativa junto ao cadastro. De acordo com entendimento sumulado do STJ, o cancelamento da anotação do cadastro caberá ao

a) devedor, no prazo de trinta dias úteis do pagamento, sem a necessidade de apresentação do comprovante de pagamento ao cadastro de inadimplentes.

b) credor, no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

c) credor, mediante notificação judicial ao cadastro de inadimplentes, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

d) devedor, cuja comprovação de quitação deve ser feita também junto ao cadastro de inadimplentes.

e) credor, no prazo de trinta dias úteis, a partir da apresentação de comprovante de pagamento do débito, ainda que parcial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois está de acordo com a Súmula n.º 548 do STJ: “Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito”.

A alternativa A está incorreta, pois não incumbe ao devedor, mas ao credor nos termos da Súmula n.º 548 do STJ.

A alternativa C está incorreta, pois não é necessária notificação judicial.

A alternativa D está incorreta, pois não incumbe ao devedor, mas ao credor nos termos da Súmula n.º 548 do STJ.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo é de 5 (cinco) e não 30 (trinta) dias úteis.

QUESTÃO 51. A Defensoria Pública do Espírito Santo foi procurada por usuário que relatou danos individuais sofridos em sua residência decorrentes de desastre ambiental provocado por rompimento de barragem de determinada empresa com atividade de produção industrial localizada no Município de Linhares - ES. De acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação de reparação de danos

a) não pode ter como fundamento o CDC, visto que a empresa não se enquadra como fornecedora de produtos ou serviços.

b) só poderá ter embasamento do CDC, caso a empresa causadora do dano seja privada, ainda que controlada por pessoa jurídica estrangeira.

c) pode ter como fundamento o CDC, visto que o usuário poderá ser considerado consumidor por equiparação ou *bystander*.

d) não pode ter como fundamento o CDC, visto que o usuário não foi vítima de acidente de consumo.

e) só poderá ter embasamento no CDC, caso o usuário demonstre a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência técnica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme entendimento do STJ: “RECURSO ESPECIAL. CIVIL E CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. DANO AMBIENTAL. DANOS INDIVIDUAIS. IMPACTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E DE MARISCAGEM. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA VARA ESPECIALIZADA. [...] 5- Na espécie, extrai-se da causa de pedir que as recorridas, na Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo localizada no Estado da Bahia, desenvolve atividade exploração de potencial hidroenergético em local de extrema sensibilidade socioambiental provocando grave impacto ao meio ambiente com a modificação da vazão e do fluxo das águas, alterações hidrodinâmicas e de salinidade. As mencionadas alterações ambientais teriam promovido sensível redução das áreas de pesca e mariscagem, com morte em massa de peixes e moluscos, ocasionando graves prejuízos, não só de ordem econômica, social e de subsistência, mas também à própria saúde da população ribeirinha, que depende da integridade daquele ecossistema para sobreviver. 6- Na hipótese de danos individuais decorrentes do exercício de atividade de exploração de potencial hidroenergético causadora de impacto ambiental, é possível, em virtude da caracterização do acidente de consumo, o reconhecimento da figura do consumidor por equiparação, o que atrai a incidência das disposições do Código de Defesa do Consumidor. 7- Presente a relação de consumo, impõe-se o reconhecimento da competência do juízo da 20ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador para o julgamento da presente demanda. 8-

Recurso especial parcialmente provido para declarar a competência do juízo da 20ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador para o julgamento da presente demanda”. (REsp n.º 2.018.386/BA, Relatora Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 10/5/2023, DJe de 12/5/2023).

A alternativa A está incorreta, pois a empresa é considerada fornecedora nos termos do art. 3º do CDC: “Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”. Além disso, o usuário afetado será considerado consumidor por equiparação, o que atrai a aplicação das normas do CDC.

A alternativa B está incorreta, pois o CDC se aplica também a pessoas jurídicas de direito público em posição de fornecedores (art. 3º do CDC).

A alternativa D está incorreta, pois o usuário suportou as consequências do acidente de consumo, logo, é considerando consumidor por equiparação.

A alternativa E está incorreta, pois a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência técnica não são requisitos para a aplicação do CDC, mas para a inversão do ônus da prova (ope judicis), nos termos do art. 6º, VIII, do CDC.

QUESTÃO 52. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a respeito do superendividamento, considere as assertivas.

I. São considerados superendividados as pessoas naturais que, de boa ou má-fé, não conseguem pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.

II. As dívidas não podem decorrer da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

III. Não se enquadram na proteção do superendividamento as operações de crédito.

IV. É direito do consumidor a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e III.

b) I.

c) III e IV.

d) I e II.

e) II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois apenas os itens II e IV estão corretos.

O item I está incorreto, pois não está de acordo com o art. 54-A, § 1º, do ECA, tendo em vista que em caso de má-fé, não está diante de superendividamento: “Art. 54-A [...] § 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação”.

O item II está correto, pois está de acordo com o art. 54-A, § 3º, do CDC: “Art. 54-A [...] § 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor”.

O item III está incorreta, pois as operações de crédito se inserem no contexto da proteção contra o superendividamento, na forma do art. 54-A, § 2º, do CDC: “Art. 54-A [...] § 2º As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada”.

O item IV está correta, pois está de acordo com o art. 6º, XII, do CDC: “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] XII - a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito”.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 53. De acordo com recente decisão do Supremo Tribunal Federal na apreciação do tema 1.002 da repercussão geral, assentou-se ser devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando a instituição representar parte vencedora em demanda ajuizada contra

a) entes públicos, exceto aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao rateio entre os membros da instituição.

b) autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista, sendo vedada a fixação de honorários advocatícios nas demandas ajuizadas contra a Administração Pública direta.

b) qualquer ente público, inclusive aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao aparelhamento da Defensoria Pública.

d) entes públicos, exceto aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao aparelhamento da Defensoria Pública.

e) qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo possível que o valor recebido seja rateado entre seus membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

O STJ reconheceu o direito dos Defensores no recebimento de honorários ainda que litiguem contra a pessoa jurídica de direito público que componham.

Ementa: Direito Constitucional. Embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público que integra. Modulação dos efeitos. 1. Embargos de declaração contra acórdão que garantiu à Defensoria Pública o recebimento de honorários sucumbenciais quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, desde que destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da instituição. I. Embargos de declaração da DPU e do GAETS 2. Pretensão de inclusão, na tese de julgamento, da possibilidade de destinação dos honorários advocatícios sucumbenciais à capacitação dos membros da Defensoria Pública. 3. A controvérsia foi expressamente analisada no acórdão recorrido, de modo que não há omissão a ser sanada. O recurso tem por objetivo o reexame de teses já enfrentadas pelo Plenário desta

Corte. A via recursal adotada é inadequada para essa finalidade. II. Embargos de declaração do CONPEG e da União 4. A jurisprudência consolidada até o julgamento do acórdão ora embargado era no sentido de serem devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença (Súmula 421/ STJ). Por outro lado, no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, havia decisão em que se entendeu possível a condenação da União ao pagamento de honorários em favor da Defensoria Pública da União (AR 1.937, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 30.06.2017). Cenário de insegurança jurídica a recomendar a modulação dos efeitos da decisão. 5. Quanto aos demais argumentos apresentados pelo CONPEG, não estão presentes os vícios referidos no art. 1.022 do CPC/2015. A via recursal adotada não se mostra adequada para a renovação de julgamento que ocorreu regularmente. III. Conclusão 6. Embargos de declaração da DPU e do GAETS rejeitados. Embargos do CONPEG e da União acolhidos parcialmente, para modular os efeitos da decisão, a fim de explicitar que a tese de julgamento firmada não deve atingir decisões já transitadas em julgados ou processos em trâmite nos quais a questão relacionada aos honorários advocatícios sucumbenciais esteja preclusa.

QUESTÃO 54. Considere as assertivas abaixo.

I. Autor intimado por hora certa.

II. Réu preso revel, enquanto não for constituído advogado/defensor.

III. Réu revel citado por oficial de justiça, enquanto não for constituído advogado/defensor.

IV. Autor intimado por edital.

V. Incapaz, se não tiver representante legal, enquanto durar a incapacidade.

São hipóteses previstas no Código de Processo Civil para nomeação de curador especial, APENAS:

a) II e V.

b) I, II, III e IV.

c) I, IV e V.

d) II e III.

e) I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

Conforme dispõe o artigo 72 do Código de Processo Civil: Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao:

I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;

II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

55. Uma empresa prestadora de serviços de provedor de internet ajuizou ação de cobrança contra Roberto, residente na cidade de Vitória-ES. A empresa juntou com a inicial documento

que comprova a existência de contrato subscrito por Roberto, com cláusula de eleição de foro na capital do Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual a inicial foi distribuída a uma das Varas Cíveis da comarca do Rio de Janeiro-RJ. Neste caso, de acordo com as regras vigentes no CPC/2015, o juiz

a) não pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, por se tratar de matéria que tem natureza jurídica de exceção e, portanto, somente pode ser reconhecida se for alegada expressamente pelo demandado em sua contestação.

b) pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, reconhecer a sua incompetência de determinar a remessa dos autos à comarca de Vitória-ES, inclusive de ofício e a qualquer momento do processo.

c) pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, mas não poderá reconhecer a sua incompetência sem a devida provocação do demandado, por se tratar de regra de incompetência territorial, que não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.

d) não pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, por se tratar de matéria que tem natureza jurídica de exceção e, portanto, somente pode ser reconhecida se for alegada expressamente pelo demandado a qualquer momento no processo.

e) pode reconhecer a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, reconhecer a sua incompetência e determinar a remessa dos autos à comarca de Vitória-ES, inclusive de ofício, desde que o faça antes da citação do demandado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

Nos termos do artigo 63, §3º, do Código de Processo Civil: § 3º Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

QUESTÃO 56. Considere que a petição inicial continha o pedido condenatório ao pagamento do valor de R\$ 20.000,00, sem fazer qualquer pedido expresso quanto à incidência de juros, correção monetária, verbas sucumbenciais e honorários advocatícios. Diante desta situação, levando em consideração as disposições do CPC/2015 e o valor do pedido realizado pelo autor na petição inicial, a sentença

a) pode condenar o réu ao pagamento de valor nominal superior ao pedido, pois a incidência de juros legais, correção monetária e verbas sucumbenciais, inclusive honorários advocatícios, prescinde da realização de pedido expresso.

b) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento citra petita.

c) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento ultra petita.

d) pode condenar o réu ao pagamento de valor nominal superior ao pedido, pois a incidência de juros, legais e contratuais, correção monetária e verbas sucumbenciais, com exceção de honorários advocatícios, prescinde da realização de pedido expresso.

e) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento extra petita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

Conforme dispõe o artigo 322 do Código de Processo Civil: Art. 322. O pedido deve ser certo. § 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

QUESTÃO 57. Carla ingressou com ação de consignação em pagamento em face de Mário e depositou, em juízo, dois mil reais. O réu apresentou contestação, na qual apontou que o valor total da dívida seria de cinco mil reais e, em razão disso, manifestou discordância em realizar o levantamento parcial da quantia. Ao ser intimada, a autora não efetuou a complementação do depósito e discordou do valor apontado por Mário. De acordo com a tese firmada pelo STJ no tema repetitivo 967, caso o juiz decida que o valor total da dívida é de cinco mil reais, deverá proferir sentença de

a) parcial procedência do pedido da autora, condenando as partes recíproca e proporcionalmente ao pagamento das verbas sucumbenciais.

b) improcedência do pedido da autora, pois o pagamento parcial da dívida não extingue o vínculo obrigacional.

c) procedência total do pedido da autora, tendo em vista que Mário só poderia discutir a insuficiência do depósito por meio de reconvenção.

d) parcial procedência do pedido da requerente, porém a condenando ao pagamento integral das verbas sucumbenciais.

e) extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

Nos termos do artigo 542 do Código de processo Civil, o depósito deve ser integral: art. 542. Na petição inicial, o autor requererá: I - o depósito da quantia ou da coisa devida, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias contados do deferimento, ressalvada a hipótese do art. 539, § 3º;

QUESTÃO 58. Em ação cível, houve a interposição de recurso especial, o qual foi sobrestado pelo relator do Tribunal de Justiça, sob o fundamento de pendência de julgamento de recurso especial repetitivo sobre o tema no STJ. Intimada, a recorrente demonstrou existir distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial afetado, razão pela qual requereu o prosseguimento processual. No entanto, o relator indeferiu tal pedido. Esta decisão é

a) passível de impetração de mandado de segurança, porquanto inexistente recurso cabível.

- b) recorrível, por meio de agravo em recurso especial.
- c) irrecorrível, de modo que o processo permanecerá suspenso até o julgamento definitivo do recurso repetitivo.
- d) recorrível, por meio de agravo interno.
- e) recorrível, por meio de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

Nos termos do art. 1.021 do Código de Processo Civil: Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

QUESTÃO 59. De acordo com a lei de locação de imóveis urbanos,

- a) via de regra, os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações previstas na lei de locação de imóveis urbanos terão efeito devolutivo e suspensivo.
- b) na ação de despejo que tenha por fundamento a falta de pagamento de aluguéis, conceder-se-á liminar para desocupação em trinta dias, independentemente de caução.
- c) a petição inicial da ação renovatória deve ser instruída com prova de que o locatário esteja explorando seu comércio no local pelo prazo mínimo de um ano.
- d) na ação revisional, o aluguel fixado na sentença retroage à citação, e as diferenças devidas serão exigíveis a partir do trânsito em julgado da decisão que fixar o novo aluguel.
- e) na ação de consignação de aluguel, é vedado ao réu propor reconvenção para pedir o despejo, a cobrança de valores ou a diferença do depósito inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

Nos termos do artigo 69 da lei n. 8.245/1991: Art. 69. O aluguel fixado na sentença retroage à citação, e as diferenças devidas durante a ação de revisão, descontados os alugueres provisórios satisfeitos, serão pagas corrigidas, exigíveis a partir do trânsito em julgado da decisão que fixar o novo aluguel.

QUESTÃO 60. Dentre os instrumentos de tutela coletiva em que a legislação específica contempla expressamente a legitimidade ativa da Defensoria Pública, encontram-se:

- a) mandado de injunção coletivo e ação popular.
- b) habeas corpus coletivo e mandado de segurança coletivo.
- c) mandado de injunção coletivo e ação civil pública.
- d) ação civil pública e mandado de segurança coletivo.
- e) ação de improbidade e habeas data coletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A Defensoria Pública possui legitimidade para ajuizar mandado de injunção coletivo com o fito de garantir a defesa das suas funções institucionais e prerrogativas dos seus órgãos de execução, conforme se extrai do artigo 4º, inciso IX, da Lei Complementar 80/1994: Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: IX – impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.

QUESTÃO 61. Em 2020, com a dissolução do matrimônio, Pedro acordou pagar ao seu filho Vítor pensão alimentícia no valor de meio salário mínimo. O acordo foi devidamente homologado e vem sendo pago regularmente. Em janeiro de 2023, Vítor, devidamente representado por sua genitora e por intermédio da Defensoria Pública, propôs ação revisional de alimentos, pleiteando a majoração para um salário mínimo. O juiz indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência e determinou a citação do réu, que ocorreu em 01.02.2023. O demandado contestou o pedido, mas ao final o magistrado de primeiro grau proferiu sentença em que acolheu o pedido do autor integralmente. Pedro foi intimado desta sentença em 01.10.2023 e apresentou o recurso de apelação. Até o presente momento, Pedro segue realizando os pagamentos no valor originalmente acordado - ou seja, metade do salário mínimo. Diante desta situação, Vítor

a) não poderá pedir o cumprimento provisório da sentença, uma vez que o recurso de apelação é dotado de efeito suspensivo e, portanto, a eficácia da nova decisão fica suspensa até o julgamento do apelo pelo órgão jurisdicional competente.

b) somente poderá pedir o cumprimento provisório dos meses que se vencerem após a prolação da sentença, uma vez que a sentença que modifica o valor dos alimentos tem efeitos ex nunc, de forma que não retroagirá para alcançar as parcelas vencidas antes de sua prolação.

c) poderá pedir o cumprimento provisório da sentença de todo o período desde o ajuizamento da ação, sob pena de prisão.

d) poderá pedir o cumprimento definitivo da sentença, sob pena de prisão em relação aos valores pagos em valor inferior ao fixado nos últimos três meses que antecedem o ajuizamento do cumprimento de sentença, bem como os demais valores desde a citação do réu sob pena de penhora.

e) poderá pedir o cumprimento provisório da sentença, sob pena de prisão em relação aos valores pagos em valor inferior ao fixado nos últimos três meses que antecedem o ajuizamento do cumprimento de sentença, bem como os demais valores devidos desde a citação do réu sob pena de penhora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

Trata-se de previsão no artigo 528 do Código de Processo Civil que: Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo. § 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

QUESTÃO 62. A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPE-ES) recebe diariamente pessoas alegando que estão recebendo descontos em suas aposentadorias em decorrência de empréstimos consignados que não foram contratados e dos quais não reconhecem a autenticidade da assinatura. Tal fato resulta na judicialização de inúmeras demandas individuais para a declaração de inexistência do débito contra essa determinada financeira e, em grande parte dessas demandas, a controvérsia precisa ser verificada por meio de prova pericial, sendo que nenhuma das ações está em julgamento na segunda instância (Tribunal de Justiça do Estado do ES - TJES). Diante da natureza de tal controvérsia,

a) é cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas no âmbito do TJES, e a DPE-ES tem legitimidade para fazê-lo em seu próprio nome.

b) é cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas ao juízo de primeiro grau prevento para as demandas, e a DPE-ES tem legitimidade para fazê-lo em seu próprio nome.

c) não se mostra possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que se faz necessário que exista efetiva repetição de demandas em andamento na segunda instância da justiça local.

d) não se mostra possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que este se destina à resolução de controvérsias unicamente de direito.

e) é cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas no âmbito do TJES, mas a DPE-ES não tem legitimidade para fazê-lo em seu próprio nome.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

O incidente de resolução de demandas repetitivas está previsto no artigo 976 do Código de Processo Civil: Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

No entanto, não se encontra no rol de atribuições da Defensoria Pública, conforme Lei Complementar n. 80 de 1994 a atribuição para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.

QUESTÃO 63. O princípio da precaução,

a) aplicável no âmbito do direito ambiental, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pressupõe a inversão do ônus probatório.

b) conforme consenso doutrinário, é um dos princípios gerais do processo coletivo e opera para flexibilizar os requisitos de concessão da tutela de urgência.

c) voltado a prevenir decisões judiciais contraditórias em conflitos consumeristas, fundamenta, segundo dispõe o Código de Defesa do Consumidor, a suspensão dos processos individuais até o julgamento da ação coletiva.

d) conforme disciplinado no microssistema de tutela coletiva, autoriza o uso de mecanismos especiais para ampliação de eficácia da tutela jurisdicional sempre que houver risco certo de lesão a direitos fundamentais.

e) ao orientar a valoração da prova, enseja, tal como já decidiu o STF, a aplicação do benefício da dúvida em favor do interesse coletivo.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com a Súmula nº 618 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental”.

A alternativa B está incorreta. O princípio da precaução não é consenso doutrinário, a exemplo da doutrina de Cass Sunstein, para quem o princípio da precaução “não leva a direções equivocadas, mas que, se utilizado em todas as suas possibilidades, não leva a qualquer direção”. E afirma que para os governos “o princípio da precaução não é sensato pela simples razão de, uma vez que a visão é ampliada, torna-se claro que o princípio não provê nenhuma orientação” (SUNSTEIN, Cass. Para além do princípio da precaução. Interesse público, Sapucaia do Sul, v. 8, n 37. p. 119-71, maio-jun. 2006).

A alternativa C está incorreta. No Código de Defesa do Consumidor, o princípio implícito da precaução tem por objetivo resguardar o consumidor de riscos desconhecidos pertencentes a produtos e serviços presentes no mercado de consumo. Veja o texto legal: “Art. 6º I - São direitos básicos do consumidor: I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;”.

A alternativa D está incorreta. O princípio da precaução não demanda risco certo de lesão. No julgamento do RE 627.189, o ministro Toffoli explica que: “o princípio da precaução é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais.” A adoção do princípio, diz ainda o Ministro, “exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais.”.

A alternativa E está incorreta. Tal princípio não orienta a valoração da prova, mas faz frente à sua difícil elucidação. No julgamento do RE 627.189, o ministro Toffoli explica que “as pessoas e o seu ambiente devem ter em seu favor o benefício da dúvida quando haja incerteza sobre se uma dada ação os vai prejudicar, existindo dúvida sobre a periculosidade que determinada atividade representa para o meio ambiente, deve-se decidir favoravelmente a ele - ambiente - e contra o potencial poluidor. [...] Considera-se perigosa a ação da qual ainda não se verificam quaisquer danos, mas que inspira receio não confirmado por conta de falta de provas científicas”.

QUESTÃO 64. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o dano moral coletivo vem adequadamente traduzido na afirmação de que

a) não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura in re ipsa, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral.

b) independentemente de sua natureza difusa, coletiva ou individual homogênea, tem caráter eminentemente reparatório, destinando-se a indenização às vítimas da lesão e, subsidiariamente, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

c) sua caracterização, tal como no caso de dano moral individual, depende da demonstração de malferimento a atributos da pessoa humana que produza dor, repulsa e indignação coletiva.

d) não se origina de violação de interesses coletivos em sentido estrito, que são apenas acidentalmente coletivos, estando intimamente relacionado aos direitos difusos e aos individuais homogêneos.

e) para ser indenizável depende de que o violador, de forma injustificável e reiterada, produza lesão grave e permanente a valores fundamentais de um grupo social juridicamente protegido.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o julgamento do REsp 1.610.821/RJ, "(...) O dano moral coletivo é aferível in re ipsa, ou seja, sua configuração decorre da mera constatação da prática de conduta ilícita que, de maneira injusta e intolerável, viole direitos de conteúdo extrapatrimonial da coletividade, revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral. (...)" (REsp 1.610.821/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15.12.2020, DJe 26.02.2021).

A alternativa B está incorreta. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o recurso especial interposto pelo MPRJ (REsp 1.610.821/RJ), consignou que a violação de direitos individuais homogêneos não é causa para a indenização por dano moral coletivo, de forma que sua natureza é relevante. Veja: "O dano moral coletivo é essencialmente transindividual, de natureza coletiva típica", acrescentando que a condenação em danos morais coletivos tem natureza sancionatória. Ademais, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos tem a finalidade de defesa e a recomposição de danos causados apenas a direitos difusos e coletivos, conforme artigo 1º, §1º, da Lei nº 9.008/1995: "O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos".

A alternativa C está incorreta. Distintamente do dano moral individual, o dano moral coletivo é uma categoria autônoma de dano, caracterizada por uma lesão grave, injusta e intolerável a valores e a interesses fundamentais sociais, independentemente da comprovação de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral. De acordo com a desembargadora Maria Ivatônia, em acórdão do TJDF: "Ressalta-se que o dano moral coletivo não significa a somatória dos danos individuais suportados pelos consumidores pela violação de um direito pessoal desses, mas uma nova modalidade de dano, o qual tem por objeto a violação de um direito da coletividade considerada em si mesma vítima de uma ação danosa do fornecedor". (Acórdão 1245575, 00300195820168070001, Relatora Desª. MARIA IVATÔNIA, Quinta Turma Cível, data de julgamento: 29/4/2020, publicado no PJe: 8/5/2020.) Ainda, segundo o REsp 1.726.270/BA: "[...] não basta a mera infringência à lei ou ao contrato para a caracterização do dano moral coletivo. É essencial que o ato antijurídico praticado atinja alto grau de reprovabilidade e transborde os lindes do individualismo, afetando, por sua gravidade e repercussão, o círculo primordial de valores sociais. [...]" STJ: (REsp 1.726.270/BA, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. p/ Acórdão Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 27.11.2018).

A alternativa D está incorreta. O Ministro Luis Felipe Salomão entendeu que os danos morais coletivos têm como destinação os interesses difusos e coletivos, e não os individuais homogêneos, cujos titulares são pessoas determinadas. Veja trecho do julgamento do REsp 1610821: “[...] o dano moral coletivo é essencialmente transindividual, de natureza coletiva típica. [...]” (REsp 1610821/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 26/02/2021).

A alternativa E está incorreta. Consoante jurisprudência do STJ, o dano moral coletivo está presente quando há uma violação de um direito da coletividade considerada em si mesma vítima, ocorrendo nos casos em que a conduta antijurídica afeta “valores e interesses coletivos fundamentais”. (Acórdão 1245575, 00300195820168070001, Relatora Des. MARIA IVATÔNIA, Quinta Turma Cível, data de julgamento: 29/4/2020, publicado no PJe: 8/5/2020). No julgamento do acórdão no REsp 1.989.778, a Relatora, Ministra Assusete Magalhães pontua: “Tem-se entendido no STJ, predominantemente, que, para a verificação do dano moral coletivo ambiental, é desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado, pois o dano ao meio ambiente, por ser bem público, gera repercussão geral, impondo conscientização coletiva à sua reparação, a fim de resguardar o direito das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

QUESTÃO 65. A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente dependerá, nos termos da lei vigente, da aprovação de projeto com estudo técnico que contenha, no mínimo, entre outros elementos,

- a) identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área.**
- b) caracterização da instância coletiva de representação oficial, juridicamente legalizada, dos interesses coletivos dos moradores do núcleo urbano.**
- c) prazo para desocupação das áreas não passíveis de regularização, com indicação das alternativas de moradia digna para a população removida.**
- d) comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta.**
- e) indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá incluir estudo técnico que deverá conter, no mínimo, os elementos constantes do art. 64, § 2º, da Lei nº 12.651/12. Vejamos: “Art. 64. Na Reurb-S dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da lei específica de regularização fundiária urbana. (...) § 2º O estudo técnico mencionado no § 1º deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada; II - especificação dos sistemas de saneamento básico; III - proposição de intervenções para a prevenção e o controle de riscos geotécnicos e de inundações; IV - recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização; V - comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbanoambiental,

considerados o uso adequado dos recursos hídricos, a não ocupação das áreas de risco e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso; VI - comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; e VII - garantia de acesso público às praias e aos corpos d'água.”

A alternativa B está incorreta. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá incluir estudo técnico que deverá conter, no mínimo, os elementos previstos no art. 64, § 2º, da Lei nº 12.651/12, que não inclui este entre os requisitos, conforme transcrito acima.

A alternativa C está incorreta. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá incluir estudo técnico que deverá conter, no mínimo, os elementos previstos no art. 64, § 2º, da Lei nº 12.651/12, que não inclui este entre os requisitos, conforme transcrito acima.

A alternativa D está correta. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá incluir estudo técnico que deverá conter, no mínimo, os elementos previstos no art. 64, § 2º, da Lei nº 12.651/12, que inclui, entre os requisitos, “a comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta”. Veja: “§ 2º O estudo técnico mencionado no § 1º deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: VI - comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta;”.

A alternativa E está incorreta. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá incluir estudo técnico que deverá conter, no mínimo, os elementos previstos no art. 64, § 2º, da Lei nº 12.651/12, que não inclui este entre os requisitos, conforme transcrito acima.

QUESTÃO 66. Segundo disposição expressa da Constituição Federal, constitui requisito ou constituem requisitos para aquisição de propriedade por meio da usucapião rural, entre outros,

- a) não ser o adquirente proprietário de outro imóvel localizado em zona rural ou urbana.**
- b) não resultar a posse da prática de grilagem nem implicar a ocupação produtiva em desmatamento irregular.**
- c) possuir a área de forma ininterrupta, sem oposição e como sua, pelo prazo mínimo de 10 anos.**
- d) ser a área localizada fora do perímetro urbano com extensão não superior a 20 hectares.**
- e) tornar a terra produtiva pelo trabalho do adquirente ou de terceiros sob seu comando, morando ou não nela.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Usucapião Rural encontra-se prevista nos arts. 190 e 191 da CF, e estabelece este como um dos seus requisitos. Vejamos: “Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.”

A alternativa B está incorreta. A Usucapião Rural não possui tais requisitos, consoante art. 191 da CF. Vejamos: “Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua

moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único: Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.”

A alternativa C está incorreta. O prazo necessário para a Usucapião Rural é de 5 anos, conforme art. 191, CF: “Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.”

A alternativa D está incorreta. A área a ser usucapida deve ser inferior a cinquenta hectares, conforme art. 191, CF: “Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.”

A alternativa E está incorreta. Um dos requisitos para a Usucapião Rural é que o usucapiente lhe torne produtiva por seu trabalho ou de sua família, e que tenha nela sua moradia, conforme art. 191, CF: “Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.”

QUESTÃO 67. Em relação aos resíduos perigosos, a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos,

a) tem sua destinação final restrita a unidades de processamento licenciadas especializadas (UPLE), sendo expressamente proibido seu descarte em aterros sanitários de qualquer tipo ou característica.

b) obriga a elaboração, pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos, de plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

c) obriga as pessoas físicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

d) proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos ou que causem danos ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, exceto para fins de tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

e) define como perigosos os resíduos que, potencialmente danosos à saúde ou ao meio ambiente, não são passíveis de reutilização, reciclagem ou destinação final segura livre de impactos ambientais adversos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Consoante a Lei nº 12.305/2010, em seu art. 3º, VII, a destinação final ambientalmente adequada inclui: “Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por: VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;”. Ademais, seu descarte em aterros também é previsto no art. 3º, VII, da referida Lei: “Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por: VIII -

disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;”.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 20 da Lei de nº 12.305/2010, tais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços deverão elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Vejamos: “Art. 20 - Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos: I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13; II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que: a) gerem resíduos perigosos;”.

A alternativa C está incorreta. A determinação faz-se mister às pessoas purificadoras que trabalhem com resíduos perigosos, e não às pessoas físicas, consoante a Lei nº 12.305/2010, em seu art. 38: “Art. 38 - As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.”

A alternativa D está incorreta. Não existe tal ressalva na Lei nº 12.305/2010. Vejamos: “Art. 49 - É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa diverge da caracterização legal dada aos resíduos sólidos perigosos. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, em seu art.13, II: “Art. 13 - Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: II - quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;”.

QUESTÃO 68. Sobre a chamada recuperação fluida (fluid recovery), prevalece atualmente no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que

- a) consiste na iniciativa de cada lesado em promover a execução individual de sentença coletiva transitada em julgado que o beneficia perante o juízo competente de seu domicílio.**
- b) traduz a ideia de que o dano coletivo nunca será integralmente reparado, de modo que o escopo das ações coletivas deve ser, prioritariamente, a cessação do dano atual mais do que a reparação do dano pretérito.**
- c) sustenta o cabimento de ação civil pública para tutela de direitos difusos em sentido estrito ainda que o dano individual e o conjunto de afetados não seja estimável a priori.**
- d) se aplica a situações em que há comprovação do dano coletivo, mas dúvidas sobre seu causador, permitindo a responsabilização de todos os integrantes da cadeia causal.**
- e) assumirá um caráter residual se for viável definir a quantidade de beneficiários da sentença coletiva, bem como o montante exato do prejuízo sofrido individualmente por cada um deles.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O instituto processual da "Fluid Recovery", consoante CDC em seu art. 100, ocorre quando não houver, no curso de um ano da sentença condenatória, a habilitação de interessados (lesados), caso em que os legitimados do art. 82 do CDC poderão promover a liquidação e execução da indenização devida, cujo produto irá para o fundo criado pela Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985: "Art. 100 - Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida. Parágrafo único. O produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985. (Vide Decreto nº 407, de 1991)".

A alternativa B está incorreta. O instituto da "Fluid Recovery" objetiva evitar o enriquecimento sem causa do condenado. Conforme o Ministro Herman (STJ), as vantagens deste instituto seriam: "Primeiro, não permitir que a falta de habilitação dos consumidores lesados termine por liberar o fornecedor que atuou ilicitamente de suportar a reparação pelos danos causados, reforçando a função de desestímulo que a indenização deve possuir. Por outro lado, determina a possibilidade da reparação; não sendo diretamente reclamada pelos lesados, a indenização pode ser utilizada em iniciativas e projetos vinculados aos direitos que a ação coletiva buscou proteger." (Comentários ao CDC. São Paulo: RT, 2010, p. 1459).

A alternativa C está incorreta. A "Fluid Recovery" demanda o reconhecimento de danos em sentença coletiva condenatória de Ação Civil Pública que tutele direitos individuais homogêneos, sendo aplicada, dessarte, após frustrado o ressarcimento individual dos danos reconhecidos na sentença condenatória genérica. Araújo Filho (2002, p. 161) chama o instituto de "liquidação e execução, gerais ou genéricas", possuindo cabimento em ações coletivas que possam ser individualmente executadas, mas nas quais não se manifestem interessados em liquidar e executar o prejuízo causado pelo réu e em promover a execução coletiva dos direitos individuais homogêneos. (ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: direito processual. São Paulo: Saraiva, 2002).

A alternativa D está incorreta. O instituto da Reparação Fluida demanda uma sentença condenatória genérica, na qual se identifica e se fixa a responsabilidade do réu pelos danos causados. Consoante doutrina: "Enquanto que o caráter residual refere-se à necessidade de que, após um ano do trânsito em julgado da sentença condenatória genérica, o número de liquidações individuais seja incompatível com a gravidade do dano, de forma que o demandado possa obter alguma vantagem patrimonial com a prática da conduta danosa" (RODRIGUES, 2004, p. 327 e seguintes).

A alternativa E está correta. A sentença condenatória genérica, presente no art. 95 do CDC, pode ser executada individualmente, caso em que seguirá os artigos 97 e 98 do diploma, ou coletivamente, através do instituto "Fluid Recovery". Neste caso, porém, dependerá do decurso de 01 (um) ano a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória genérica, prazo este estabelecido no art. 100 do CDC, sendo, dessa forma, subsidiária e residual às liquidações individuais. Vejamos: "Art. 100 - Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida."

QUESTÃO 69. A Lei 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, previu expressamente, como atribuição do Conselho Tutelar,

a) representar ao Ministério Público para requerer a ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

b) realizar visita domiciliar e estudo social de familiares extensos que se apresentarem como alternativa segura de proteção da criança e do adolescente vítima de violência doméstica.

c) afastar imediatamente o agressor do lar se o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

d) representar perante o juiz competente pela prisão preventiva do agressor sempre que seu afastamento do lar não se mostrar suficiente para garantir a segurança da vítima ou prevenir sua revitimização.

e) ouvir crianças e adolescentes, em depoimento especial, sobre situação de violência notificada, participando os fatos à audiência policial sempre que a situação for confirmada.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra A**.

Conforme disposto no art. 21, § 1º, da Lei: A autoridade policial poderá requisitar e o Conselho Tutelar requerer ao Ministério Público a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente, observadas as disposições da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Art. 21. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar:

I - a proibição do contato, por qualquer meio, entre a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência e o agressor;

II - o afastamento do agressor da residência ou do local de convivência ou de coabitação;

III - a prisão preventiva do agressor, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência;

IV - a inclusão da vítima e de sua família natural, ampliada ou substituta nos atendimentos a que têm direito nos órgãos de assistência social;

V - a inclusão da criança ou do adolescente, de familiar ou de noticiante ou denunciante em programa de proteção a vítimas ou a testemunhas;

VI - no caso da impossibilidade de afastamento do lar do agressor ou de prisão, a remessa do caso para o juízo competente, a fim de avaliar a necessidade de acolhimento familiar, institucional ou colação em família substituta;

VII - a realização da matrícula da criança ou do adolescente em instituição de educação mais próxima de seu domicílio ou do local de trabalho de seu responsável legal, ou sua transferência para instituição congênere, independentemente da existência de vaga.

§ 1º A autoridade policial poderá requisitar e o Conselho Tutelar requerer ao Ministério Público a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente, observadas as disposições da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 70. Segundo dispõe expressamente a Lei Orgânica da Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

a) deve ser operacionalizado em nível estadual pelas Diretorias Regionais de Assistência Social, observando-se as diretrizes do Plano Decenal de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador.

b) compreende, no âmbito do SUAS, transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

c) tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, degradante ou insalubre, incluindo trabalho desportivo e artístico e excluindo trabalho com atividades ilegais.

d) é linha de ação do Serviço de Proteção Especial e integral à Família (Peif) e compreende transferência de renda às famílias condicionada à comprovação de matrícula e frequência escolar dos filhos em situação de trabalho.

e) opera, entre outros meios, com a retirada de criança/adolescentes dos locais de exercício do trabalho, com a ampliação de vagas em regime de aprendizagem e com a repressão ao uso abusivo da mão de obra infantil em atividades domésticas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integra a Política Nacional de Assistência Social. No âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho, conforme art. 24-C da LOAS:

Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho. [\(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011\)](#)

§ 1º O Peti tem abrangência nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011\)](#)

§ 2º As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.

Dessa forma, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 71. A Lei n.º 13.185/2015, ao instituir o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), prevê, expressamente,

a) a possibilidade de responsabilização dos pais sempre que constatado, por parte deles, tolerância, instigação ou convivência com a prática, pelos filhos, de Bullying racial, étnico, ou relacionado à origem nacional da vítima.

b) a comunicação semestral obrigatória, pelas escolas, aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, das medidas adotadas para conscientização, prevenção, diagnose e combate ao Bullying.

c) como objetivo, evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil.

d) os espectadores passivos, ativos e neutros do Bullying como figuras centrais na eclosão e sustentação das práticas intimidatórias e, portanto, alvos necessários das ações de enfrentamento ao problema.

e) uma definição de Bullying, para o que lhe interessa, restrita a ações intimidatórias grupais ocorridas no espaço escolar e causadora de dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

O art. 4º da Lei n.º 13.185/2015 prevê como um dos objetivos do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

QUESTÃO 72. Líder comunitária procura a Defensoria Pública informando que Raul, criança de 10 anos, cadeirante, está há 6 meses sem estudar porque o Poder Público não lhe oferece vaga em uma escola com acessibilidade. Conforme dispões o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e/ou entende, de forma consolidada, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

a) responderá a autoridade competente, se agiu com dolo ou culpa, pelo crime de impedir ou embaraçar o acesso de criança e adolescente ao ensino obrigatório.

b) é assegurado a Raul, na ausência de prédio acessível a cadeirante, atendimento educacional em regime domiciliar.

c) poderá o Poder Público ser obrigado, por determinação judicial, a oferecer a vaga imediatamente, sob pena de multa a ser revertida em favor de Raul.

d) poderá o Conselho Tutelar efetivar a matrícula da criança no estabelecimento público de ensino mais próximo que dispuser de acessibilidade.

e) a líder comunitária tem legitimidade para acionar o Poder Público para a disponibilização de vaga para Raul.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O art. 4º da Lei de Diretrizes e Base da Educação dispõe que “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

O ECA prevê o ensino como direito da criança e do adolescente. Dispõe o art. 53 do ECA que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Sendo dever do Estado garantir o fornecimento de ensino mais próximo da residência da criança ou adolescente. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

São inúmeros os precedentes em que o Poder Judiciário pode compelir o Poder Público a ofertar ensino regular a crianças e adolescentes, inclusive os que possuem deficiência.

1. A educação básica em todas as suas fases — educação infantil, ensino fundamental e ensino médio — constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.

2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo.

3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica. STF. Plenário. RE 1008166/SC, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 22/9/2022 (Repercussão Geral – Tema 548) (Info 1069).

Por fim, desacata-se que qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos (Art. 8º da Lei nº 7.853/89).

QUESTÃO 73. Leo cumpre medida socioeducativa de internação. Durante atividade externa autorizada apenas pela equipe técnica da entidade, empreende fuga. Ao ser informado do acontecido, o juiz determina a busca e apreensão de Leo que, um mês depois, é apreendido pela polícia em sua casa. Conforme dispões a legislação federal vigente,

a) a busca e apreensão de Pedro deveria ter sido cumprida por oficial de justiça com apoio, apenas se solicitado, de força policial.

b) poderá o juiz, caso haja previsão em regimento interno, aplicar sanção disciplinar a Pedro por ter fugido, vedada a imposição de isolamento.

c) é facultado ao juiz, diante da fuga, observado o devido processo legal, determinar o reinício do cumprimento da medida de internação.

d) Leo, quando recapturado em sua casa, deverá desde logo ser encaminhado à autoridade judiciária.

e) a liberação de Leo para atividade externa foi irregular, se o Plano Individual de Atendimento onde foi prevista aguardava ainda homologação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme dispõe o art. 107 do ECA: “A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.”

Destaca-se que o adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Dispõe ainda o artigo 171 do Eca que: “O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.”

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 74. A proteção de crianças e adolescentes deve considerar as perspectivas de gênero, raça, etnia, entre outras. Nessa linha, já se tem normatizado, expressamente,

a) na LDB (Lei nº 9.394/1996), reconhecimento da educação indígena como modalidade de ensino a ser oferecida em todos os níveis e etapas.

b) na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), a previsão, nos programas de Atendimento, de medidas para a prevenção da violência institucional relacionada a orientação sexual ou identidade de gênero.

c) na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), a obrigatoriedade de as entidades de internação disporem de enfermaria para atendimento de adolescentes grávidas.

d) na LDB (Lei nº 9.394/1966), a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

e) no ECA (Lei nº 8.069/1990), a obrigatoriedade da participação do órgão indigenista nos procedimentos de proteção e infracionais envolvendo crianças ou adolescentes indígenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A LDB prevê, expressamente, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 75. De acordo com disposições legais expressas que regem a aplicação e execução de medidas socioeducativas e adolescentes, é correto afirmar que

a) a recusa da vítima em aceitar a reparação do dano sofrido em decorrência do ato infracional é um motivo legal para a substituição da obrigação de reparar o dano por outra medida socioeducativa em meio aberto.

b) um jovem de 19 anos em cumprimento de medida socioeducativa de internação terá a medida extinta se for condenado, mesmo sem trânsito em julgado, à pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

c) a medida de internação provisória, ainda que tenha duração máxima de 45 dias, pode ser prorrogada por decisão fundamentada da autoridade judiciária.

d) verificada a prática de ato infracional grave por adolescente em situação de rua, poderá o juiz aplicar medida de liberdade assistida cumulada com medida protetiva de inclusão em acolhimento familiar.

e) a medida socioeducativa de advertência pode ser aplicada, conforme as circunstâncias do caso concreto, mesmo diante de atos infracionais graves, desde que demonstrada autoria e materialidade da infração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), estabelece no artigo 46, parágrafo 1º: "No caso de o maior de 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente".

De acordo com o STJ, é válida a extinção de medida socioeducativa de internação quando o juízo da execução, ante a superveniência de processo-crime após a maioridade penal, entende que não restam objetivos pedagógicos em sua execução (STJ. 6ª Turma. HC 551.319-RS, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 12/05/2020 - Info 672).

Por fim, ressalta-se que é uma faculdade do magistrado a extinção da medida socioeducativa.

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão legal nesse sentido até porque as medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente levarão em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

A alternativa C está incorreta, pois não há previsão no ECA de prorrogação da internação provisória. Art. 108 do ECA. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

A alternativa D está incorreta, pois para cumulação de medidas socioeducativas é necessário que elas possam ser cumpridas de forma concomitante.

A alternativa E está incorreta, pois A advertência é a mais branda das medidas, sendo cabível quando há a prática de atos infracionais análogos a contravenções penais ou crimes de natureza leve, sem que haja indício de nenhuma violência ou grave ameaça. Para sua aplicação deve haver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. Consiste em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

QUESTÃO 76. Está de acordo com disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente,

- a) Isa, com 17 anos, adotar uma criança conjuntamente ao cônjuge de 20 anos.**
- b) Joe, com 2 anos, ser adotado, com consentimento da mãe, pela vizinha, não perante e não habilitada à adoção.**
- c) Ana, com 11 anos, ingressar e permanecer sozinha no cinema para assistir a um filme.**
- d) Teo, com 13 anos, trabalhar na condição de adolescente aprendiz, desde que assegurados direitos previdenciários.**
- e) Lis, com 6 anos, viajar com o tio, do Espírito Santo para o Paraná, independentemente de autorização escrita do juiz ou de responsável legal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Somente as crianças menores de dez anos poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Art. 75 do ECA: Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

No entanto, muito embora a banca tenha dado a alternativa C como correta. Observe o disposto no art. 149, I, e:

Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

Vamos analisar as demais alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 42 do ECA: “Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.”

A alternativa B está incorreta, pois é imperioso que o postulante esteja previamente cadastrado. Excepcionalmente, o ECA permite a adoção mesmo que não haja cadastro, nos seguintes casos:

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

I - se tratar de pedido de adoção unilateral; [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#)

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 60 do ECA “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”

A alternativa E está incorreta. (dado pela banca). Pensamos ser a alternativa mais correta na questão.

Em regra, nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. Essa autorização será dispensada se a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado: de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco. Tio é parente colateral.

Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

§ 1º A autorização não será exigida quando:

a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado:

1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Logo, essa questão é passível de recurso.

QUESTÃO 77. Gabriel solicitou à sua companheira Thais que lhe entregasse drogas no interior da Penitenciária Estadual de Vila Velha V, no Espírito Santo, onde se encontra preso. Durante o procedimento de revista de visitantes no estabelecimento prisional, foram localizadas diversas porções de droga com Thais. De acordo com os fatos narrados e com

o entendimento recente predominante no Superior Tribunal de Justiça, a conduta de Gabriel configura

- a) conduta atípica, pois se trata de crime impossível.**
- b) conduta atípica, pois se trata de ato preparatório impunível.**
- c) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime de perigo abstrato.**
- d) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime unissubsistente.**
- e) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime formal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme entendimento do STJ: “A mera solicitação do preso, sem a efetiva entrega do entorpecente ao destinatário no estabelecimento prisional, configura ato preparatório, o que impede a sua condenação por tráfico de drogas”. (AgRg no REsp n.º 1.999.604-MG, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, julgado em 20/3/2023 (Info 770)).

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pois de acordo com o entendimento do STJ, o fato em si é atípico, tendo em vista que o ato praticado por Gabriel se insere no “conatus remotus”, isto é, fase em que o agente adota algumas providências para a realização do crime, ou seja, dá início aos preparativos para a prática delituosa, sem, contudo, iniciar a execução do crime propriamente dita.

QUESTÃO 78. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, nos casos de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher

- a) admite-se a imposição de pena de multa isoladamente, desde que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado.**
- b) admite-se a pena de advertência para o crime de descumprimento da decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência, apesar de ausência de expressa previsão legal.**
- c) obsta-se a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na hipótese de prática do crime com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico.**
- d) impõe-se a imediata cessação das medidas protetivas de urgência na hipótese de extinção da punibilidade do autor, sob pena de eternização da restrição de direitos individuais.**
- e) obsta-se a aplicação do princípio da insignificância, porém admite-se esse princípio nos casos de contravenção penal praticada contra a mulher no ambiente doméstico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com a Súmula n.º 588 do STJ: “A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos”.

A alternativa A está incorreta, pois não está de acordo com o tema n.º 1.189 de repercussão geral do STJ: “A vedação constante do art. 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) obsta a imposição, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado”.

A alternativa B está incorreta e as razões são bastante óbvias, pois vimos que sequer se cogita aplicar a multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal, muito menos aplicar sanção diversa e menos rigorosa à margem de qualquer previsão legal.

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do art. 19, § 5º, da Lei Maria da Penha, com redação dada pela Lei n.º 14.550/2023, a concessão e consequente manutenção das medidas protetivas independem da existência de crime ou contravenção penal: “Art. 19 [...] § 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência”.

A alternativa E está incorreta, pois não se aplica o princípio da insignificância na hipótese, conforme dispõe a Súmula nº 589 do STJ: “É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas”.

QUESTÃO 79. Em 05 de janeiro de 2023, João Pedro foi denunciado pela suposta prática do delito de furto (art. 155, caput, CP). Em 08 de setembro de 2023 foi proferida sentença condenando João Pedro nos termos da denúncia. O juiz exasperou a pena-base do réu, sob o argumento de que ele ostentaria maus antecedentes, pois fora condenado definitivamente no curso deste processo por outro delito de furto (art. 155, caput, CP) praticado em 14 de abril de 2023. Não houve o reconhecimento de agravantes ou atenuantes, nem de causas de aumento ou de diminuição de pena. Essa sentença está

a) correta, pois embora a condenação mencionada não possa configurar maus antecedentes, caracteriza conduta social desajustada.

b) correta, pois embora a condenação mencionada não possa configurar reincidência específica, caracteriza maus antecedentes.

c) errada, pois a condenação mencionada é inapta para configurar maus antecedentes, assim como é incapaz de caracterizar reincidência específica.

d) correta, pois embora a condenação mencionada configure reincidência específica, o juiz pode utilizar tal circunstância em qualquer fase de dosimetria da pena.

e) errada, pois a condenação mencionada configura, a um só tempo, maus antecedentes e reincidência específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois a condenação usada pelo juiz para valoração dos maus antecedentes foi por fato praticado depois e não antes do crime pelo qual o acusado estava sendo sentenciado, logo, não pode ser considerado antecedente criminal na 1ª fase da dosimetria da pena (e muito menos reincidência, na 2ª fase da dosimetria).

A alternativa A está incorreta, pois além de estar incorreta a valoração dos maus antecedentes, não caberia a utilização para valorar negativamente a conduta social, conforme tema de repercussão geral nº 1.077 do STJ: “Condenações criminais transitadas em julgado, não consideradas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização para desabonar a personalidade ou a conduta social do agente”.

A alternativa B está incorreta, pois a condenação não caracteriza nem reincidência e nem mais antecedentes no caso narrado, conforme já explicitado.

A alternativa D está incorreta, pois além de errada a valoração dos maus antecedentes, não é permitido ao juiz usar tal circunstância em qualquer fase da dosimetria da pena, conforme já relatado no tema de repercussão geral nº 1.077 do STJ.

A alternativa E está incorreta, pois a condenação não configura nem maus antecedentes, nem reincidência, genérica ou específica.

QUESTÃO 80. De acordo com a teoria da Tipicidade Conglobante, defendida por Eugenio Raul Zaffaroni,

a) a tipicidade e a antijuridicidade constituem uma categoria única do conceito estratificado de delito, razão pela qual as causas de justificação são situações que excluem a própria tipicidade objetiva.

b) o princípio da adequação social permite a exclusão da tipicidade objetiva quando a conduta praticada estiver autorizada pela ordem jurídica como um todo, considerando-se os usos e costumes.

c) o princípio da insignificância permite a exclusão da tipicidade subjetiva da conduta quando a ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal for tão ínfima que não justifique a intervenção penal.

d) a legítima defesa constitui um tipo penal permissivo, razão pela qual a conduta daquele que atua em legítima defesa real carece de tipicidade subjetiva, não sendo necessário perquirir sobre a antijuridicidade.

e) a conduta do oficial de justiça que, em cumprimento de ordem judicial, comparece à residência do devedor e sequestra seus bens é considerada penalmente atípica por não contrariar a ordem normativa como um todo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois para o professor argentino Eugênio Raul Zaffaroni, a ideia central por trás da tipicidade conglobante é a de que um fato jamais será típico se sua prática for tolerada ou determinada pelo sistema jurídico. A conduta do Oficial de Justiça narrada no enunciado advém de um imperativo do sistema jurídico, logo, não se reveste de tipicidade.

A alternativa A está incorreta, pois a alternativa traz a definição do que vem a ser o injusto penal e não da tipicidade conglobante.

A alternativa B está incorreta, pois o princípio da adequação social autoriza em determinados casos a exclusão da tipicidade subjetiva, pois objetivamente o fato permanece típico.

A alternativa C está incorreta, pois o conceito de tipicidade conglobante defende a ausência de tipicidade em si da conduta praticada, por exemplo, em conformidade com o ordenamento jurídico, já nos casos de aplicação do princípio da insignificância a tipicidade material é excluída por razões de política criminal e não porque a conduta é permitida.

A alternativa D está incorreta, pois a conduta de quem age em legítima defesa permanece típica, eis que preenchidos todos os elementos integrantes do fato típico (conduta, nexo causal e resultado) e sendo assim, é na análise da antijuridicidade é que se verificará a incidência ou não da causa de exclusão da ilicitude do fato reconhecidamente típico.

QUESTÃO 81. De acordo com a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), o crime de roubo será considerado hediondo se houver

a) emprego de arma de fogo de uso proibido, excluídos os casos de uso restrito.

b) emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

- c) concurso de duas ou mais pessoas.
- d) subtração de substâncias explosivas.
- e) restrição de liberdade da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 1º, II, “a”, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] II – roubo: a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V);”.

A alternativa A está incorreta, pois os casos de roubo com o uso de arma de fogo de uso restrito também é considerado hediondo, nos termos do art. 1º, II, “b”, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] II – roubo: [...] b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B)”.

A alternativa B está incorreta, pois por ausência de previsão legal, o roubo com o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum não é hediondo. Por outro lado, o crime de furto é, conforme art. 1º, IX, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A)”.

As alternativas C e D estão incorretas, pois não constam expressamente da Lei nº 8.072/1990.

QUESTÃO 82. Configura crime de abuso de autoridade:

- a) manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.
- b) constranger o preso, ainda que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a submeter-se a situação vexatória.
- c) deixar de entregar ao preso, em prazo razoável, a nota de culpa, assinada pela autoridade competente.
- d) impedir o preso de sentar-se ao lado de seu defensor e com ele comunicar-se no curso do seu interrogatório.
- e) impedir, por qualquer motivo, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme redação do art. 21 da Lei de Abuso de Autoridade: “Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa”.

A alternativa B está incorreta, pois o tipo penal do art. 13, II, da Lei de Abuso de Autoridade exige a violência, grave ameaça ou redução da capacidade de resistência, para a configuração do crime: “Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: [...] II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei”.

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do art. 12, parágrafo único, III, da Lei de Abuso de Autoridade, é necessário que a nota de culpa seja entregue em 24 (vinte e quatro) horas e não em “prazo razoável”: “Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem: [...] III - deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas”.

A alternativa D está incorreta, pois durante o interrogatório o preso não poderá se entrevistar com o advogado ou defensor, conforme se depreende do art. 20, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade: “Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso de interrogatório ou no caso de audiência realizada por videoconferência”.

A alternativa E está incorreta, pois se houver justa causa para se impedir a entrevista pessoal, não há crime, conforme art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade: “Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa”.

QUESTÃO 83. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) a reincidência constitui circunstância agravante preponderante, a qual pode ser compensada com a atenuante da confissão espontânea, desde que não se trate de reincidência específica.

b) a confissão espontânea atenua a pena, ainda que não tenha sido utilizada pelo juiz para fundamentar a condenação.

c) a confissão espontânea, desde que feita de forma integral e circunstanciada, constitui circunstância atenuante de pena.

d) a agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea j, do CP, possui natureza objetiva, aplicando-se aos delitos praticados durante o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia, independentemente da comprovação de causalidade.

e) o fato de ter o agente cometido o crime com violência contra a mulher constitui circunstância agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea f, do CP, a qual é aplicável ao delito de feminicídio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme entendimento do STJ: “[...] o réu fará jus à atenuante do art. 65, III, 'd', do CP quando houver admitido a autoria do crime perante a autoridade, independentemente de a confissão ser utilizada pelo juiz como um dos fundamentos da sentença condenatória, e mesmo que seja ela parcial, qualificada, extrajudicial ou retratada”. (REsp n.º 1.972.098, 5ª Turma do STJ, julgado em 7/7/2020).

A alternativa A está incorreta, pois o fato de a reincidência ser ou não específica é irrelevante, devendo haver a compensação na hipótese, nos termos do entendimento do STJ: “É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão

espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não [...]”. (REsp nº 1.931.145-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 3ª Seção, julgado em 22/06/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 585), Info 742).

A alternativa C está incorreta, pois mesmo sendo parcial, a confissão deve ser considerada pelo juiz, de acordo com o STJ: “[...] o réu fará jus à atenuante do art. 65, III, 'd', do CP quando houver admitido a autoria do crime perante a autoridade, independentemente de a confissão ser utilizada pelo juiz como um dos fundamentos da sentença condenatória, e mesmo que seja ela parcial, qualificada, extrajudicial ou retratada”. (REsp n.º 1.972.098, 5ª Turma do STJ, julgado em 7/7/2020).

A alternativa D está incorreta, pois deve haver nexo causal entre a circunstância e o fato, conforme entendimento do STJ: “1. A incidência da agravante da calamidade pública pressupõe a existência de situação concreta dando conta de que o paciente se prevaleceu da pandemia para a prática delitiva (HC 625.645/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe 04/12/2020). No mesmo sentido, dentre outros: HC 632.019/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe 10/2/2021; HC 629/981/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, DJe 9/2/2021; HC 620.531/SP, Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 3/2/2021. 2. Hipótese em que a agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea j, do Código Penal foi aplicada apenas pelo fato de o delito ter sido praticado na vigência do Decreto Estadual nº 64.879 e do Decreto Legislativo nº 06/2020, ambos de 20.03.2020, que reconhecem estado de calamidade pública no Estado de São Paulo em razão da pandemia da COVID-19, sem a demonstração de que o agente se aproveitou do estado de calamidade pública para praticar o crime em exame, o que ensejou o respectivo afastamento, com o redimensionamento da pena e o abrandamento do regime inicial”. (AgRg no HC nº 655339/SP).

É importante acrescentar que a matéria foi afetada (tema repetitivo nº 1.185 do STJ), cuja questão que será submetida é: "Incidência da circunstância agravante prevista no art. 61, II, j, do Código Penal, independentemente de nexo causal entre o estado de calamidade pública e o fato delitivo".

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação simultânea da agravante configura bis in idem, tendo em vista que a sua descrição se confunde com as elementares do tipo penal do feminicídio.

QUESTÃO 84. Fernando, com 20 anos de idade à época do fato, foi preso em flagrante em 10 de abril de 2011 pela prática do delito de receptação simples (art. 180, caput, do CP), tendo sido solto por se tratar de indiciado primário acusado de delito cuja pena é de 1 a 4 anos. Recebida a denúncia em 10 de agosto de 2013, foi determinada a citação do réu. Ante a sua não localização, o juiz determinou a citação por edital. Não tendo Fernando comparecido e nem constituído defensor, foi determinada a suspensão do feito em 15 de julho de 2014, nos termos do art. 366 do CPP. Em 15 de abril de 2021, Fernando foi preso por outro processo e foi citado do presente feito, que voltou a correr. Realizada a audiência de instrução, foi publicada sentença em 15 de agosto de 2021, condenando Fernando à pena de um ano de reclusão, no regime aberto. A sentença transitou em julgado para a acusação em 15 de setembro de 2021, tendo a Defesa apelado. Foi negado provimento ao recurso de defesa e a sentença transitou em julgado para ambas as partes em 15 de maio de 2023. Realizada audiência de ingresso no regime aberto em 17 de agosto de 2023, seria possível alegar prescrição da pretensão

a) punitiva retroativa com base na pena em concreto, ocorrida no período compreendido entre a retomada do cômputo do prazo prescricional e a sentença condenatória.

b) executória com base na pena em concreto, ocorrida entre a data da retomada do curso do processo e o trânsito em julgado para ambas as partes.

c) executória com base na pena aplicada em concreto, ocorrida entre a data da publicação da sentença condenatória até a data da audiência em regime aberto.

d) punitiva intercorrente com base na pena aplicada em concreto, ocorrida entre a data da publicação da sentença condenatória e a data da audiência de ingresso em regime aberto.

e) punitiva com base na pena máxima cominada em abstrato ao delito, ocorrida no período compreendido entre a data da infração penal e a data da citação pessoal do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O acusado, na data dos fatos, era menor de 21 anos, logo, faz jus à redução pela metade da contagem do prazo prescricional, nos termos do art. 115 do CP: "Art. 115 - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos".

A denúncia foi recebida em 10/8/2013 e a suspensão do processo (e do curso da prescrição), na forma do art. 366 do CPP ocorreu em 15/7/2014, tendo voltado a fluir a contagem do prazo somente em 15/4/2021 e em 15/8/2021 foi publicada a sentença penal condenatória a pena privativa de liberdade de 1 ano, tendo transitado em julgado a sentença em 15/9/2021.

O STF possui entendimento no sentido de que: "Em caso de inatividade processual decorrente de citação por edital, ressalvados os crimes previstos na Constituição Federal como imprescritíveis, é constitucional limitar o período de suspensão do prazo prescricional ao tempo de prescrição da pena máxima em abstrato cominada ao crime, a despeito de o processo permanecer suspenso". (RE nº 600.851, julgado em 14/12/2020).

Esse entendimento já era adotado pelo STJ, inclusive havia Súmula sobre: "O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada".

A pena máxima em abstrato para o delito do art. 180 do CP é de 4 anos, logo, como o acusado era menor de 21 anos e nos termos do art. 109, IV, e art. 115, do CP, prescreve com 4 anos.

Assim, decorridos 4 anos da suspensão do processo e do prazo prescricional, o prazo prescricional volta automaticamente a correr, ou seja, em 15/7/2018 o prazo voltou a fluir.

Neste sentido, agora já levando em conta pena concretamente aplicada (1 ano), considerada na análise da prescrição retroativa, verifica-se que nos termos do art. 109, V, c/c art. 115 do CP, o crime prescreveria em 2 anos.

Assim, considerando o intervalo entre a retomada da contagem do prazo (15/7/2018) e a publicação da sentença condenatória (15/8/2021), decorreram mais de 2 anos, estando assim, extinta a punibilidade do acusado em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal retroativa.

As alternativas B e C estão incorretas, pois não se está diante de hipótese de prescrição da pretensão executória (para frente), mas retroativa (para trás), que por sua vez é modalidade de prescrição da pretensão punitiva.

As alternativas D e E estão incorretas, conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 85. Sobre a formulação dos quesitos no julgamento dos crimes dolosos contra a vida, é correto afirmar:

a) Se os jurados entenderem ser o caso de condenação será formulado quesito sobre circunstância atenuante da pena alegada pela defesa.

b) A majorante do crime continuado e a minorante da participação de menor importância são objetos de apreciação pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, já que versam sobre a aplicação da pena.

c) Por se tratar de objeto de perícia própria, a semi-imputabilidade é apreciada exclusivamente pelo juiz presidente do Tribunal do Júri.

d) A tese do estado de necessidade próprio precede ao quesito "se o jurado absolve o acusado?" por ser mais benéfica ao réu.

e) Prescinde de quesito específico a hipótese de a defesa alegar tese de tentativa inidônea em favor do acusado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Nos termos do artigo 483, § 5º, do CPP: Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito.

QUESTÃO 86. Conforme a legislação em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a suspensão condicional do processo:

a) Impede idêntico benefício em 5 anos após seu devido cumprimento, com a extinção da punibilidade, mas pode ser usado para desabonar a conduta social na aplicação da pena de futura condenação.

b) O benefício não é cabível para os crimes dolosos contra a vida, pois tais delitos detêm rito próprio com assento constitucional.

c) Aceita a proposta de suspensão condicional do processo não resta prejudicada a análise de habeas corpus em que se busca o trancamento da ação penal.

e) Necessita de prévia confissão formal e circunstanciada do beneficiário perante o Ministério Público e confirmada pelo juiz.

e) Não estabelece a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária como uma das condições, mesmo se fixada pelo magistrado e adequadas ao caso concreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aceita a proposta de suspensão condicional do processo não resta prejudicada a análise de habeas corpus em que se busca o trancamento da ação penal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL CULPOSA. WRIT IMPETRADO NA ORIGEM JULGADO PREJUDICADO. SUPERVENIÊNCIA DE ACORDO DE TRANSAÇÃO PENAL. SITUAÇÃO DIVERSA DO SURSIS PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. No caso, após o recebimento da denúncia, alterada a acusação, foi celebrado acordo de transação penal, motivo pelo qual o writ impetrado na origem, no qual se alegava a ausência de justa causa para a ação penal e a inépcia da denúncia, foi julgado prejudicado.

2. A transação penal, prevista no art. 76 da Lei n. 9.099/1995, prevê a possibilidade de o autor

da infração penal celebrar acordo com o Ministério Público (ou querelante), mediante a imposição de pena restritiva de direitos ou multa, obstando o oferecimento de denúncia (ou queixa). Trata-se de instituto cuja aplicação, por natureza e como regra, ocorre na fase pré-processual, pois visa impedir a instauração da persecutio criminis in iudicio. E é por esse motivo que não se revela viável, após a celebração do acordo, pretender discutir em ação autônoma a existência de justa causa para ação penal. Trata-se de decorrência lógica, pois não há ação penal instaurada que se possa trancar.

3. Situação diversa ocorre com a suspensão condicional do processo, em relação a qual se admite a impetração, porquanto, neste caso, já foi deflagrada a ação penal, cuja denúncia foi recebida, revelando-se possível perquirir a existência ou não de justa causa.

4. Assim, somente se houver o descumprimento do acordo é que, concomitantemente, poderá ser deflagrada a ação penal, nos termos da Súmula Vinculante n. 35 do Supremo Tribunal Federal, e impetrado o habeas corpus para, daí sim, apontar a falha da incoativa ou a ausência de justa causa.

5. Ordem denegada.
(HC 495.148/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 03/10/2019)

QUESTÃO 87. Considere os casos a seguir:

1. Paulo praticou o crime de furto qualificado mediante fraude contra seu irmão unilateral Pedro.

2. Carlos residia com seus pais há pouco mais de um mês quando praticou o delito de apropriação indébita, cuja ofendida é sua genitora, que contava com 60 anos na data dos fatos.

3. Diana, que contava com 61 anos quando dos fatos, residente na cidade de Vila Velha/ES, foi vítima do crime de estelionato simples praticado por seu irmão, Antônio, que reside em Vitória/ES.

4. Renato praticou a infração penal de incêndio culposo na habitação de seu filho Rafael.

Analisando as hipóteses acima, em relação a eventual ação penal e sua necessidade, é correto afirmar que:

a) A ação penal em desfavor de Carlos será pública incondicionada, mesma hipótese para o caso de Paulo.

b) A ação penal no caso de Renato será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Antônio será condicionada à representação.

c) A ação penal contra Paulo será pública condicionada à representação, mesma hipótese para o caso de Renato.

d) A ação penal contra Antônio será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Carlos será pública condicionada a representação.

e) Renato sequer deve ser processado, pois incide hipótese de isenção de pena, ao passo que a ação penal contra Carlos será pública incondicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A ação penal no caso de incêndio culposo é pública incondicionada, diante da ausência de previsão específica no Código Penal.

No tocante a Antônio, considerando que praticou o crime contra sua irmã, a será condicionada à representação, nos termos do art. 182 do Código Penal: - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: [...] II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;

QUESTÃO 88. Rodrigo foi denunciado como incurso no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, pois, em 09 de setembro de 2022, na rua A, próxima ao Templo Evangélico B, trazia consigo, para venda, 400 g de entorpecente conhecido por maconha, segundo consta no laudo de constatação provisório. Devidamente realizada a instrução criminal, inclusive com confissão do réu e robusta prova da proximidade do Tempo em questão, o Ministério Público do Espírito Santo requereu a condenação de Rodrigo, nos exatos termos da denúncia, mas agora como incurso no artigo 33 c.c. 40, III da Lei nº 11.343/2003, devido à proximidade do local de lotação. Após memoriais defensivos, foram os autos conclusos para sentença. Tendo em vista o narrado, e especificamente em relação ao fato ter sido praticado nas proximidades de Templo Evangélico, deve o juiz

a) afastar a causa de aumento, por tratar-se de *mutatio libelli* não realizada no momento correto.

b) afastar a causa de aumento eis que tal fato não está inserido no rol das majorantes legalmente previstas.

c) enviar os autos ao Ministério Público para que proceda o aditamento da denúncia, eis tratar-se de causa de aumento de pena não reconhecível de ofício.

d) enviar os autos ao Ministério Público para que proceda o aditamento da denúncia, eis tratar-se de agravante de pena não reconhecível de ofício.

e) manter a referida agravante de pena, pois já estava descrita na denúncia, tratando-se, portanto, de *emendatio libelli*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

O artigo 440 da lei 11.343/2006 prevê as causas de aumento de pena. Entretanto, não se encontra prevista a hipótese da prática de crime próximo a templos religiosos.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:

I - a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II - o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;

VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.

QUESTÃO 89. Carlos foi preso em flagrante por ter praticado furto qualificado, mas solto em audiência de custódia. Após regular instrução foi condenado em primeira instância à pena de 02 anos e 04 meses de reclusão, em regime fechado, com direito de apelo em liberdade. Apelação interposta pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e pelo Ministério Público. A ementa do acórdão, então, restou assim:

"Negado provimento ao apelo ministerial, por maioria de votos. Pena base fixada no mínimo legal corretamente, não sendo suficiente para aumentá-la o simples fato de ser o furto praticado em residência. Negado provimento ao apelo defensivo, por unanimidade. Regime inicial fechado bem fixado, diante da reincidência do réu por delito de tráfico de drogas, impossível a conversão para penas restritivas de direito, pelo mesmo motivo. Com o trânsito em julgado expeça-se mandado de prisão": [...]

No caso apresentado, enquanto Defensor(a) Público(a) inconformado(a) com a pena fixada no acórdão, e não sendo o caso de Embargos de Declaração, o recurso cabível será:

a) Embargos Infringentes.

b) Recurso em Sentido Estrito.

c) Habeas corpus.

d) Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário

e) Agravo de Instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

Trata-se de hipótese prevista no artigo 105, inciso III, da Constituição Federal:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 90. Sobre procedimentos no processo penal:

a) No rito ordinário poderão ser arroladas até oito testemunhas pela acusação e igual número pela defesa, computadas os informantes e as de mero antecedentes criminais.

b) Os processos criminais que apuram a prática de crime de homicídio, seja na figura simples ou qualificada, gozarão de prioridade de tramitação em todas as instâncias.

c) Na hipótese de infração penal de menor potencial ofensivo em delito funcional praticado por funcionário público, o rito aplicável é o previsto nos artigos 513 a 518, do Código de Processo Penal.

d) Não viola o devido processo legal a ausência imotivada do membro do Ministério Público na audiência de instrução para a oitiva de testemunhas comuns, salvo se demonstrado o efetivo prejuízo ao réu.

e) A retirada do réu da sala de audiência virtual a pedido da testemunha, que alega temor em ter seu depoimento acompanhado pelo acusado, é causa de nulidade absoluta, vez que inexistente contato físico entre eles.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme jurisprudência do STJ, a ausência do Ministério Público acarreta nulidade apenas se demonstrado o prejuízo.

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. OITIVA DE TESTEMUNHAS. VIOLAÇÃO AO ART. 212 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA VERDADE REAL E DO IMPULSO OFICIAL. NULIDADES RELATIVAS. NÃO ALEGAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Segundo o entendimento majoritário desta Corte, não há qualquer vício a ser sanado nas hipóteses em que, apesar de intimado, o Ministério Público deixa de comparecer à audiência e o Magistrado, condutor do processo, formula perguntas às testemunhas sobre os fatos constantes da denúncia, mormente nas hipóteses em que a defesa não se insurge no momento oportuno e que não há demonstração de efetivo prejuízo (art. 563 do CPP). 2. As modificações introduzidas pela Lei n.º 11.690/08, ao art. 212 do Código de Processo Penal, não retiraram do juiz a possibilidade de formular perguntas às testemunhas, a fim de complementar a inquirição, na medida em que a própria legislação adjetiva lhe incumbe do dever de se aproximar o máximo possível da realidade dos fatos (princípio da verdade real e do impulso oficial), o que afasta o argumento de violação ao sistema acusatório. 3. Eventual inobservância ao disposto no art. 212 do Código de Processo Penal gera nulidade meramente relativa, sendo necessário para seu reconhecimento a alegação no momento oportuno e a comprovação do efetivo prejuízo, o que não ocorreu, uma vez que, presente em audiência, o causídico não suscitou o vício no decorrer das oitivas, tampouco nas alegações finais, não logrando demonstrar qual o prejuízo causado ao réu. 4. Recurso especial provido para excluir a nulidade reconhecida pelo Tribunal a quo e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos a fim de que se prossiga no julgamento do mérito do apelo.

QUESTÃO 91. Os atores do sistema penal - policiais, membros do Ministério Público e juízes - se concentram em uma ideia ou premissa pré-existente específica e, por meio dela, as provas do caso são analisadas e integradas, obtendo-se sempre conclusões consistentes com a hipótese inicial. Assim, as provas consistentes com a inicial são superestimadas em seu valor e relevância, e, pelo contrário, aquelas que são inconsistentes ou que vão contra a hipótese inicial são rapidamente rejeitadas ou consideradas pouco confiáveis. Dessa forma, o fenômeno acaba impactando profundamente as decisões dos diversos atores do sistema criminal. (AMBROZIO, Gabriella; MARTINS, Cristiano Zanin. In: <https://www.conjur.com.br>)

O referido fenômeno citado no texto denomina-se

- a) visão de túnel.
- b) cegueira deliberada.
- c) psicologia do testemunho.
- d) pescaria probatória.
- e) perda de uma chance probatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O excerto narrado descreve a teoria do túnel. “A expressão “visão de túnel” ou “tunnel vision” no contexto do direito penal refere-se a uma perspectiva restrita ou limitada adotada por autoridades, investigadores, promotores ou juízes ao analisar um caso criminal. Isso acontece quando os profissionais envolvidos concentram-se excessivamente em determinados aspectos ou evidências do caso, negligenciando outras informações relevantes que podem levar a conclusões diferentes ou mais justas.

Trata-se de uma tendência humana e natural, onde a visão periférica é diminuída ou inexistente, fazendo com que o operador do direito tire suas conclusões de forma limitada, por dentro de um túnel.

Essa “visão de túnel” pode ocorrer por várias razões, como pressão para resolver rapidamente o caso, preconceitos pessoais, falta de recursos para investigação abrangente, entre outros. Quando a visão de túnel está presente, existe o risco de se chegar a conclusões equivocadas, condenando injustamente um inocente ou deixando de considerar todos os elementos relevantes.

Para evitar a visão de túnel, é importante que as autoridades e profissionais do sistema de justiça criminal conduzam investigações abrangentes, considerem todas as evidências disponíveis, ouçam testemunhas e peritos imparciais e estejam dispostos a reavaliar suas conclusões à luz de novas informações. A justiça penal deve se esforçar para ser imparcial e equitativa, garantindo que todas as partes envolvidas sejam tratadas de acordo com os princípios legais e os direitos humanos fundamentais.

Em diversos casos práticos, podemos notar que os operadores do direito, nomeiam e buscam provar a tese nomeada anteriormente, surgindo assim, diversos equívocos e inclusive levando à condenações injustas e altíssimas”.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-visao-de-tunel-no-direito-penal-brasileiro-e-sua-afronta-ao-principio-da-presuncao-de-inocencia/2004035521#:~:text=A%20express%C3%A3o%20%22vis%C3%A3o%20de%20t%C3%BAnel,ao%20analisar%20um%20caso%20criminal.>

QUESTÃO 92. Roberta, desconfiada do comportamento retraído de sua filha Maria, de 11 anos de idade, contratou Edison, detetive particular, para que gravasse as conversas telefônicas residenciais de Maria. Assim feito, foi possível constatar que Jaime, um conhecido da família, teria praticado conjunção carnal com sua filha, inclusive insistido que Maria fosse novamente à sua casa. Nesse cenário, segundo o Superior Tribunal de Justiça, tal gravação é prova

- a) ilícita, por ser considerada escuta ambiental sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.

b) lícita, pois sendo crime sexual e a vítima incapaz, a atuação de sua responsável legal seria fato assemelhado à autorização por um dos interlocutores.

c) lícita, pois ao ligar para a residência da vítima, o réu teria anuído com a gravação telefônica, sendo semelhante à autorização de um dos interlocutores.

d) ilícita, por ser considerada gravação ambiental sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.

e) ilícita, por ser considerada interceptação telefônica sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A 6ª Turma do STF entendeu ser lícito à genitora realizar a captação ambiental de conversas que denotavam abuso sexual sofrido pelo filho de treze anos de idade, com a finalidade de que a gravação fosse utilizada como elemento de prova em procedimento criminal.

No acórdão, a Corte consignou que a mãe estaria agindo "na qualidade de representante civil do menor impúbere e investida no poder-dever de proteção e vigilância do filho, não havendo ilicitude na gravação". Destaca que "dada a absoluta incapacidade da vítima para os atos da vida civil — e ante a notícia de que estava sendo vítima de crime de natureza hedionda — a iniciativa da genitora de registrar conversa feita pelo filho com o autor da conjecturada prática criminosa se assemelha à gravação de conversa telefônica feita com a autorização de um dos interlocutores, sem ciência do outro, quando há cometimento de delito por este último, hipótese já reconhecida como válida pelo Supremo Tribunal Federal". STJ, REsp 1.026.605/ES, Rel. Min. Rogério Schietti, Sexta Turma, julgado em 13/05/2014, DJe 12/06/2014.

QUESTÃO 93. É dever da pessoa condenada:

a) visita íntima.

b) asseio da cela.

c) constituição do pecúlio.

d) chamamento nominal.

e) Previdência social.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra B**.

Conforme disposto no art. 39, IX, da Lei n.º 7.210/84 o asseio da cela é um dever do condenado.

Art. 39. Constituem deveres do condenado:

IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

As demais alternativas elencam direitos dos condenados que estão previstos no art. 41 da Lei de Execução.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 94. José é primário e cumpre pena total de 08 anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática de crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, do Código Penal, em razão de fato praticado em 07.05.2018. Após diversos exames criminológicos negativos anteriores, o sentenciado, enfim, obteve parecer técnico favorável e conseguiu a progressão para o regime semiaberto apenas em 10/09/2023, quando já tinha lapso também para livramento condicional. Embora a Defensoria Pública tenha requerido o livramento condicional, o juiz da Vara de Execução Criminal negou o referido direito, deferindo apenas para a progressão ao regime semiaberto. Considerando a situação fática descrita,

a) a decisão judicial está correta, uma vez que se trata de condenado por crime grave e com longa pena a cumprir, sendo, por esse motivo, justificável a cautela do magistrado.

b) a decisão do indeferimento do livramento condicional está correta e possui amparo legal, uma vez que o Código Penal veda a progressão por saltos, especialmente no caso de crimes hediondos e equiparados, devendo o sentenciado passar primeiro pelo regime semiaberto.

c) a decisão é incorreta, pois a concessão do livramento condicional independe do regime de cumprimento de pena em que se encontra o sentenciado.

d) a decisão do juiz está incorreta, pois em caso idêntico o Brasil sofreu simbólica condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

e) caso o sentenciado registrasse condenação pela prática de falta disciplinar grave em agosto de 2022, a decisão judicial de indeferimento do LC encontraria respaldo no art. 83, Inc. III, alínea “b”, do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do artigo 83 do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e Conselho Penitenciário.

Preenchidos os requisitos do art. 83 do Código Penal, deve ser deferido o livramento condicional. Não há previsão, dentre os requisitos, de regime de cumprimento de pena.

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - comprovado: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

a) bom comportamento durante a execução da pena; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

b) não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;
(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 95. Paulo cumpria pena de prestação de serviços à comunidade em razão de uma condenação pela prática do crime de furto simples. No entanto, no curso da execução da pena restritiva de direitos, sobreveio nova condenação definitiva pela prática do crime de roubo qualificado em regime inicial fechado. Considerando a imposição de penas de natureza distinta aplicada ao mesmo apenado e verificadas no curso da execução, é correto afirmar:

a) de acordo com a jurisprudência do STJ, a superveniência de nova condenação por pena privativa de liberdade em regime inicial fechado no curso da execução de pena restritiva de direitos, acarretará a unificação das penas, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade.

b) segundo entendimento majoritário do STJ, a pena de prestação de serviços à comunidade não poderá ser convertida em privativa de liberdade mesmo com a superveniência de nova condenação pelo crime de roubo em regime inicial fechado em respeito à coisa julgada material, exceto se Paulo tivesse descumprido a pena alternativa anterior.

c) o STJ firmou entendimento no sentido de que a superveniência de nova condenação por pena privativa de liberdade em regime fechado no curso da execução de pena restritiva de direitos, não acarretará a unificação das penas, devendo, portanto, a pena de prestação de serviços à comunidade ser suspensa para cumprimento posterior.

d) na hipótese descrita, Paulo primeiro irá terminar de cumprir a pena de prestação de serviços à comunidade para depois iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado.

e) conforme entendimento do STJ, o juiz deverá unificar as penas de Paulo, porém, sem converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O STJ decidiu em sede de Recurso Repetitivo que sobrevindo condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos, as penas serão objeto de unificação, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvada a possibilidade de cumprimento simultâneo aos apenados em regime aberto e vedada a unificação automática nos casos em que a condenação substituída por pena alternativa é superveniente. STJ. 3ª Seção. REsp 1918287-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Rel. Ac. Min. Laurita Vaz, julgado em 27/04/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1106).

Dessa forma, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 96. Segundo as Regras de Bangkok:

- a) o escâner corporal é uma alternativa prevista como forma de substituição aos métodos de revistas íntimas e corporais invasivas.**
- b) as visitas íntimas foram objeto de regramento expresso para mulheres, embora sem a mesma extensão dos homens.**
- c) é prevista uma série de direitos e garantias às mulheres durante o período no cárcere, porém é omissa em relação às egressas, gerando críticas da comunidade internacional.**
- d) é prevista a hipótese de crianças permanecerem no cárcere com suas mães, que deverão arcar com os custos de sua prole naquele ambiente.**
- e) no ingresso da mulher no sistema prisional é autorizado exame sobre dependência em relação ao companheiro e sobre sua qualidade como mãe.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com as Regras de Bangkok deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como escâneres, para substituir revistas íntimas e revistas corporais invasivas, de modo a evitar danos psicológicos e eventuais impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas.

Revistas

Regra 19 Medidas efetivas deverão ser tomadas para assegurar a dignidade e o respeito às mulheres presas durante as revistas pessoais, as quais deverão ser conduzidas apenas por funcionárias que tenham sido devidamente treinadas por métodos adequados e em conformidade com os procedimentos estabelecidos. Regra 20 Deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como escâneres, para substituir revistas íntimas e revistas corporais invasivas, de modo a evitar danos psicológicos e eventuais impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas.

Regra 21 Funcionários da prisão deverão demonstrar competência, profissionalismo e sensibilidade e deverão preservar o respeito e a dignidade ao revistarem crianças na prisão com a mãe ou em visitação de presas.

QUESTÃO 97. A criminologia feminista

- a) questiona o local da mulher no direito penal ao reconhecer a seletividade de gênero tanto como criminalizadas, quanto como vítimas em um sistema de corte patriarcal.**
- b) sofre críticas pela criminologia radical contemporânea por ignorar os processos de revitimização da mulher ao submetê-la ao sistema de justiça criminal tradicional.**
- c) teve origem da obra La Donna Delinquente (A Mulher Delinquente), no qual Cesare Lombroso realiza uma revisão crítica de sua teoria e investe na denúncia à situação da mulher, notadamente frente à prostituição.**
- d) alcançou destaque no desenvolvimento das ideias subculturais ao serem realizados estudos etnográficos de gangues e organizações criminosas femininas e demonstrada a raiz patriarcal do pensamento criminológico.**

e) revelou seu viés essencialmente conservador nas lutas pela criação de leis que privilegiavam a punição, como a Lei Maria da Penha.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A criminologia feminista procura estudar a experiência das mulheres no sistema de justiça criminal, sendo que nessa perspectiva, almeja-se compreender como as estruturas de gênero irão ter influência sobre a criminalidade, sobre a resposta da sociedade ao crime e sobre as políticas criminais.

Logo, apesar de estar pautada na igualdade entre homens e mulheres, a criminologia feminista sustenta que a sociedade trata as mulheres com disparidade frente aos homens. Nessa conjuntura, não se concede ordinariamente funções ou posições sociais relevantes para essas. Dessa maneira, tal discrepância resulta na objetificação da mulher, bem como sexismo institucionalizado nas estruturas de poder.

A alternativa B está incorreta, pois a criminologia feminista enfrenta justamente os processos em que as mulheres os problemas advindos da submissão das mulheres ao sistema de justiça criminal tradicional.

A alternativa C está incorreta, pois a criminologia feminista surgiu na década de 1970, bastante influenciada pelo pensamento das escolas críticas e com perspectivas críticas, inclusive às suas influências, de modo a obra de Lombroso teve influências apenas na fase embrionária da criminologia em si, quando a criminologia passou a ser reconhecida como ciência autônoma.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa descreve a origem da Escola de Chicago, na década de 1930, que é anterior ao surgimento da criminologia feminista.

A alternativa E está incorreta, pois o conservadorismo não é um traço da criminologia feminista, possuindo a edição da Lei Maria da Penha finalidade protetiva em relação às mulheres, grupo reconhecidamente vulnerável no Brasil.

QUESTÃO 98. A Escola de Chicago

a) foi a precursora na análise da criminalidade do meio ambiente com a concepção de ecologia humana.

b) reproduziu propostas conservadoras de maior repressão penal como solução aos problemas da criminalidade por pertencer à linha do consenso na criminologia.

c) desenvolveu o relato autobiográfico ou "história de vida" como forma de compreensão da questão criminal.

d) inovou nas ideias sobre a criminalidade juvenil, mesmo com a manutenção dos métodos tradicionais de pesquisa então vigentes.

e) simbolizou nas zonas de transição as explicações para a criminalidade urbana e rural, até então enigmas em uma sociedade em transformação

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Clifford Shaw, expoente da Escola de Chicago é autor da obra *"The Jack-roller: a delinquent boy's own story"*, em que o autor usa o relato autobiográfico de um jovem de Chicago (Stanley), que viveu

em áreas diferentes de cidade e praticou crimes. O autor teve o intuito de demonstrar de forma empírica como a vida de um jovem em áreas distintas de Chicago, exercia influência na “criminogênese”.

A alternativa A está incorreta, pois essa análise é feita pela criminologia verde, corrente do pensamento crítico criminológico contemporâneo.

A alternativa B está incorreta, pois a Escola de Chicago é uma vertente da criminologia do conflito, não possuindo características que priorizem a repressão violenta do Estado, mas buscando compreender como ocorrem os processos de criminalização.

A alternativa D está incorreta, pois é justamente através da mudança dos métodos e forma de enxergar os processos de criminalização, que a Escola de Chicago se difere dos métodos tradicionais.

A alternativa E está incorreta, pois a Escola de Chicago se dedicou ao estudo da criminalidade no contexto urbano, e não rural.

QUESTÃO 99. A criminologia verde:

a) É ainda incipiente por seu potencial de vitimização ser notadamente menor do que dos tradicionais crimes de rua violentos.

b) Conecta-se com a criminologia crítica contemporânea em face da crítica ao capitalismo que subjaz sua construção, especialmente nas desigualdades da relação entre norte global e sul global e questão do ecocídio.

c) É uma vertente da criminologia positivista em razão da utilização de referenciais biológicos em suas construções teóricas.

d) Possui natureza intrinsecamente punitivista ao orientar a política criminal para a punição dos crimes ambientais como forma de resolução de questões climáticas.

e) Ao adotar uma concepção antropocêntrica, inclui em seu objeto os biomas, mas ignora a questão dos maus tratos contra animais

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A princípio, a vertente da criminologia ambiental busca analisar as interações do delito com o meio ambiente. Nesse sentido, essa espécie da nova criminologia, também recebe a denominação de criminologia verde, pois estuda os crimes ambientais, assim como os impactos sociais dessas infrações penais.

Trata-se de uma faceta da criminologia crítica e se debruça sobre os danos causados pelo ser humano no contexto do sistema capitalista, em especial pelo grande capital.

Tal vertente criminológica debate sobre o estudo dos crimes cometidos contra o meio ambiente e as suas consequências para a ecologia como um todo, procurando compreender como o conjunto normativo pode contribuir para prevenção e repressão aos crimes ambientais.

Em suma, almeja a conscientização acerca dos danos ambientais, a promoção da responsabilidade corporativa, a realização de medidas preventivas e a defesa da justiça social e ambiental.

A alternativa A está incorreta, pois é possível ver manifestações concretas no ordenamento jurídico brasileiro, à exemplo das normas que criminalizam crimes contra o meio ambiente, a exemplo do art. 225, § 3º, da CF, Lei n.º 9.605/1998 etc.

A alternativa C está incorreta, pois a criminologia vertente não possui referenciais teóricos positivistas.

A alternativa D está incorreta, pois sua natureza é preponderantemente pedagógica e não punitiva.

A alternativa E está incorreta, pois a perspectiva adotada pela criminologia verdade é ecocêntrica e não antropocêntrica, assim, o cuidado não restringe ao bem estar do ser humano, mas de todo o meio ambiente e dos seres vivos como um todo.

QUESTÃO 100. Edwin Sutherland

a) inaugurou a criminologia crítica em razão da descoberta da seletividade penal no processo de criminalização.

b) inovou no pensamento criminológico ao destacar a influência das heranças de tendências ao crime igualmente no campo dos crimes de colarinho branco, ainda no campo das teorias do consenso.

c) construiu a teoria da associação diferencial em oposição à Escola de Chicago, cujas influências não só eram inexistentes em seu pensamento como buscava combater seu legado.

d) ampliou a ideia de disfunção e inadaptação das pessoas menos favorecidas para as classes dominantes no seio dos crimes praticados pelo Estado.

e) defendeu que o processo de aprendizagem do comportamento criminoso por meio da associação com pautas criminais e antecriminais compreende os mesmos mecanismos abrangidos por qualquer outra aprendizagem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Edwin Sutherland é considerado o grande pensador da teoria da “associação diferencial”, que possui como objeto de estudo a análise dos crimes de colarinho branco (*White collar crimes*).

Sob esse enfoque, compreende-se que há aprendizagem do comportamento criminoso devido à interação do indivíduo com outras pessoas.

Portanto, não se define o crime como disfunção das pessoas de classes menos favorecidas.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)